

M A S A K O S H I M I Z U

REABERTURA DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO
APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
(1949-1959)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, opção História Econômica do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de MESTRE.

CURITIBA — 1987

S U M Á R I O

	P.
RESUMO	1
SUMARY	4
要旨	7
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	9
INTRODUÇÃO	11
I — ARQUIVOS E FONTES.....	12
II — MÉTODOS E TÉCNICAS.....	18
III — HISTÓRIA DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO (1949-1959)	20
1. Comércio exterior nipo-brasileiro antes da Segunda Guerra Mundial.....	20
2. Reabertura do Comércio entre o Brasil e o Japão após a segunda Guerra Mundial.....	22
3. Tratado de Paz com o Japão e Ajuste Comercial - Brasil — Japão.....	29
4. Cooperação técnica industrial entre o Brasil e o Japão.....	35
5. A problemática do comércio entre o Brasil e o Japão.....	37
6. Declínio do comércio entre o Brasil e o Japão....	41
7. Novo acordo comercial entre o Brasil e o Japão...	43
8. As perspectivas do comércio entre o Brasil e o Japão.....	45
IV — POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR.....	48
1. Política japonesa de comércio exterior.....	48
2. Política brasileira de comércio exterior.....	52
V — OS INVESTIMENTOS JAPONESES NO BRASIL.....	62
VI — ANÁLISE QUANTITATIVA DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO.....	69

1. Importações brasileira do Japão.....	69
2. Exportações brasileiras para o Japão.....	76
3. Balança comercial entre o Brasil e o Japão.	82
4. O algodão, principal produto da exportação brasileira para o Japão.....	84
CONCLUSÃO	88
ANEXOS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

RESUMO

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão começaram com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecido em Paris, em 1895. Desde então, os dois países mantiveram relações amistosas até o início da Segunda Guerra Mundial, quando suas relações foram interrompidas. Em 1949, as relações foram reatadas e até hoje os dois países mantêm relações estreitas e amistosas, que fazem do Japão o segundo maior importador do Brasil.

O objetivo desta dissertação é demonstrar como o comércio entre os dois países recomeçou, após a Segunda Guerra Mundial e isto significa procurar as bases das relações estreitas existentes entre o Brasil e o Japão.

Para redigir esta dissertação, foram utilizados, como fonte primária, os ofícios conservados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Também foram consultados livros, revistas e dados pertencentes ao Brasil e ao Japão, como fonte secundária. No Brasil, os documentos diplomáticos até 1900 estão disponíveis ao público. Porém, para a consulta dos documentos posteriores a 1900 até 1959, há necessidade de autorização do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Os documentos posteriores a 1960, não estão à disposição do público. Ao solicitar-se ao Itamaraty a autorização de pesquisa dos documentos de 1949 até 1959, foi permitida a consulta somente dos documentos ostensivos (não-ultra-confidenciais nem confidenciais). Por isso, o período da pesquisa foi determinado pelo tempo compreendido entre 1949 a 1959. O primeiro ano é de 1949, quando foi reaberta a Embaixada brasileira em Tóquio, e o último ano é 1959, permitido pelo Itamaraty.

Quando as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão recomeçaram, depois da Guerra, com a reabertura da Embaixada brasileira em Tóquio, o comércio entre os dois países também recomeçou em ritmo lento. Naquela época, o Japão era subordinado às Potências Aliadas, devido a derrota na Guerra, e seu comércio era controlado pelo SCAP (Supremo Comando Aliado do Pacífico). Aliás, a economia japonesa encontrava-se esgotada, depois de ter sido destruída pela Guerra, levando, naturalmente a um comércio pouco representativo com o Brasil.

Como resultado da conclusão do Tratado de Paz em São Francisco, o Japão reivindicou a sua soberania e, em setembro de 1952, foi assinado o Ajuste Administrativo do Comércio Brasil-Japão. Com esse estímulo, o comércio entre o Brasil e o Japão começou a aumentar. O Japão fazia esforço para comprar produtos brasileiros, principalmente algodão, e, em 1954, as exportações brasileiras para o Japão chegaram ao pico com o valor de 32 milhões de dólares. Os produtos japoneses importados pelo Brasil era máquinas de costura e maquinária leve, além de produtos têxteis e miscelâneas, ou seja, produtos tradicionais.

Na primeira metade da década de 50, o Governo brasileiro adotou a política de restrição de importação, sendo que as importações japonesas não aumentaram muito. Porém, no Governo do Presidente Café Filho, adotou-se a política de introdução de capitais estrangeiros e as importações de máquinas industriais foram facilitadas, sendo que, em 1956, as importações do Japão chegaram a 51 milhões de dólares. Todavia, o Brasil começou a acumular débitos para com o Japão desde 1954 e, devido ao deficit com o Japão, em 1958, o comércio entre os dois países foi paralisado.

Na primeira metade de 1950, as principais relações econô

micas entre os dois países baseavam-se em troca de mercadorias. Na segunda metade dos anos 50, a economia japonesa expandiu-se rapidamente e a capacidade de competição das empresas elevou-se, tendo como efeito, o fato de que cada empresa procurou direcionar suas atividades para o exterior, expandindo suas técnicas e administração.

No Brasil, as seguintes empresas estabeleceram suas filiais: a Toyobo e Kanebo, empresas têxteis, a Taiyo Fisheries, a Ajinomoto, a Toyota, a Unitika, a Ishikawajima-Harima (Estaleiro) e as empresas comerciais (Kanematsu-Kousho, Nomura Boeki, Marubeni e Mitsubishi). Esta situação foi favorecida pela política do Presidente Juscelino Kubitschek de desenvolvimento industrialização do País com base no seu Plano de Metas. O Projeto da USINIMAS, no qual a participação japonesa foi decidida em 1957, representou o maior investimento japonês no exterior, depois da Guerra.

Na segunda metade da década de 50, o comércio entre o Brasil e o Japão diminuiu. Porém, por outro lado, muitas empresas japonesas solidificaram suas bases no Brasil, estabelecendo suas empresas ou fábricas neste país. Na década de 1960, a onda de investimentos japoneses no Brasil foi ainda mais elevada, aproveitando-se de que a década de 50 já havia marcado a fase de consolidação das relações econômicas entre o Brasil e o Japão.

O Brasil foi importante para o Japão do ponto de vista da aquisição de recursos e da garantia de mercado para vender os seus produtos. Os brasileiros que estavam desenvolvendo sua industrialização, precisavam de máquinas e técnicas do Japão. Estas demandas foram bem articuladas e assim foram solidificadas as bases das relações complementares entre o Brasil e o Japão no período de 1949 e 1959.

SUMMARY

Diplomatic relations between Brazil and Japan began with the "Navigation, Trade and Friendship Treaty" settled in Paris in 1895.

The friendly relations maintained since then were temporarily interrupted at the outbreak of Second World War, but were resumed in 1949, and since that time have become closer and more intensive until today, making Japan the second largest importer from Brazil.

The objective of this dissertation is to describe how the trade between the two countries was renewed, after the Second World War, this requires a search into the basis for today's tight relations between Japan and Brazil.

The main source used in writing this dissertation was the official letters preserved in Itamaraty's Historical Chancery in Rio de Janeiro: Books, magazines and data pertaining to Brazil and Japan also consulted as secondary sources. In Brazil, diplomatic documents until 1900 are available to the public, however in order to consult documents published from 1900 to 1959, authorization was required from the Ministry of Foreign Affairs of Brazil. Documents after 1960 are not available to the public. In answer to the request to consult documents from 1949 to 1959. Itamaraty allowed only the consultation of the ostensive documents (excluding ultra-confidential and confidential documents). For this reason, the period between 1949 and 1959, was chosen, beginning in 1959, when the Brazilian Embassy was reopened in Tokyo, and ending in 1959.

Trade between Brazil and Japan was renewed at slow pace after the war when diplomatic relations were resumed with opening of Brazilian Embassy in Tokyo. At this time, Japan was

occupied by the Allied Powers, due to its defeat in the War, and trade was controlled by the Pacific Allied Supreme Command. The Japanese economy had been shattered by the War, thus leading to a feeble trade with Brazil.

As a result of the Peace Treaty signed in San Francisco, Japan regained its sovereignty and in September 1952, it was signed the "Brazil-Japan Trade and Administrative Adjustment", after which trade between Brazil and Japan began to increase. Japan made efforts to buy Brazilian products, especially cotton. In 1954, Brazilian exports to Japan reached a peak of 32 million dollars. Japanese products imported by Brazil were sewing machines, light machinery, textile goods, and miscellaneous traditional products.

In the first half of the fifties, the Brazilian Government adopted the policy of import restriction, so the Japanese imports did not increase much. Yet, in President's Café Filho government, a policy was adopted for foreign capital introduction, and imports of industrial machinery were facilitated. This way, Japan's exports to Brazil came to 51 million dollars. However, since 1954 Brazil started to accumulate debts to Japan. Due to its deficit, trade between the two countries was paralyzed in 1958.

During the first half of the fifties, economic relations between the two countries were based mainly on goods exchange. In the second half of this decade, the Japanese economy expanded rapidly and enterprise' capacity for competition increased. As a result, all the enterprises tried to steer their activities abroad, expanding their techniques and management.

The following enterprises set up branches in Brazil: — Toyobo and Kanebo (textiles), Tayio Fisheries, Ajinomoto, Toyota, Uhitika, Ishikawajima-Harina (Shipmaker), and the business firms Kanenatsu-Kousho, Nomura Boeki, Marubeni and Mitsubishi. This fact was stimulated by President Juscelino Kubitschek's policy of developing Brazil's industrialization described in

his Target Plan. The Usiminas Project in which the Japanese participation was decided in 1957, representend the greatest Japanese investment abroad after the War.

In the second half of the fifties, trade between Brazil and Japan decreased. On the other hand, many Japanese enterprises opened firms and factories in Brazil and consolidated their investiments in this country.

In the sixties, taking advantage of the fact that the economic relations between the two countries had been consolidated in the previous decade, the wave of Japanese investment in Brazil was further increased.

Brazil has been important to Japan for the aqusition of row materials and as a stable market for selling it's products. The Brazilians, who were developing their industry, needed nachines and techniques. These demands were duly articulated and so the basic for complementary relations between Brazil and Japan were consolidated in the period from 1949 — 1959.

日伯外交関係の始まりは、今から約100年前の1895年の修好通商条約を結んだ時に遡る。それ以後、第二次世界大戦中、日伯外交関係は途絶えたが、戦後、1949年に外交関係が再開して以来、ブラジルと日本は緊密な友好関係を維持しており、今日、日本はブラジルにとり、米国に次ぐ第2位の輸入国となるに到っている。

本論文の目的は、戦後の日伯貿易がどのように再開されたかを書き著わすことにあり、ひいてはそれが、今日の緊密な日伯関係の基礎を探ることにもつながる

本論文の作成にあたり、その主要な第一次資料として、リオ・デ・ジャネイロにある伯外務省・歴史外交資料館に保管されている外交文書を利用し、第2次資料として、日伯両国の文献（書籍、雑誌等）及び統計資料を参照した。ブラジルにおいて、1900年までの外交文書は一般に公開されているが、1900～1959年までの文書は、伯外務省の許可を得ることを条件に公開されており、1960年以降の文書は非公開となっているため、伯外務省に許可申請をしたところ、1959年までの「平」のみの文書（極秘及び秘を除く）を調べる許可を得ることが出来た。そのため、戦後外交が再開された1949年より1959年の10年間に期間を区切り、日伯通商関係の歴史を書くこととした。

日伯外交関係は戦後、1949年にブラジル大使館が東京に再設置された時、に再開する。その頃、両国間の貿易も徐々に始まるが、戦後、日本は敗戦により連合国軍の占領下に置かれ、その貿易も連合国軍管理貿易の形で始まった。日本の国内経済は戦争により疲弊していた上に、戦後の経済困難により崩壊していたので、当然、ブラジルとの貿易も細々としたものであった。

サンフランシスコ講話条約締結により、日本が主権を回復した後の1952年9月、両国間にオープンアカウント方式による貿易支払い協定が締結されると日伯取引は軌道に乗り始めた。日本は綿花を中心にブラジル産品の買い付けに努力したので、1954年にはブラジルの対日輸出は3200万ドルに達し、ピークを迎えた。ブラジルの日本からの輸入商品も従来の繊維品や雑貨に加えて、ミシン、カメラ等の軽機械が伸び始めた。ブラジル政府が輸入制限の政策をとっていた1950年代の前半には、日本の対伯輸出は伸び悩んだが、カフェー・フィ

リョ大統領の時代になり、外資導入政策が始まると産業機械の輸入が容易になり、1956年には日本の対伯輸出は5100万ドルに上った。しかし、ブラジルは対日貿易赤字により1954年以降、日本に対し負債を積み始め、1958年には両国の貿易が麻痺するにいたった。

1950年代前半には、両国の経済関係は商品貿易を主としていたが、50年代後半は日本経済の急速な拡大により、企業の国際競争力が高まると、各企業は活動の場を広く海外に求め、その技術と経営力を移出するものが増えていった。ブラジルにおいても、東洋紡、鐘紡等繊維業界を皮切りに、ヤンマー、久保田鉄工、大洋漁業、味の素、トヨタ、ユニチカ、石川島播磨等、多業種にわたる企業に加え、兼松江商、野村貿易、丸紅及び三菱商事等の商社が進出した。これは、クビチェック大統領が打ち出した「5年計画」にもとづく意欲的な重工業化路線に対応したものであり、特に伯国政府の要請を受けて、1957年に決定したウジミナス・プロジェクトへの日本の参加は、戦後の日本の海外投資の中でも最大のものであった。

1950年代後半において日伯貿易は停滞を見せたが、一方、多数の日本企業がブラジルに進出し、その足場を固めた。そして、60年代に日本の対ブラジル進出の波は高まるが、その意味では50年代は日伯両国の経済関係の基礎固めのための重要な時期であったといえる。

ブラジルは日本にとって資源確保と市場の確保の観点から重要な国であったし、ブラジルは50年代にその産業化を進めており、日本の機械と技術を必要としていた。この二つの要求がうまく噛み合い、日伯両国の補完関係の基礎が、戦後の1949年から1959年の10年間に固まったと言えよう。

LISTA DE TABELAS

	p.
I — Exportações japonesas para o Brasil	30
II — Exportações brasileiras para o Japão	32
III — Importação e exportação geral do Brasil	58
IV — Investimentos japoneses no exterior	62
V — Importações brasileiras	72
VI — Exportações brasileiras	78
VII — Balança Comercial Brasil—Japão	82
VIII — Exportação do algodão brasileiro para o Japão ...	86

LISTA DE GRÁFICOS

	p.
1. Importação Brasileira do Japão em dólares.....	73
2. Importação Brasileira do Japão em cruzeiros.....	74
3. Importação Brasileira Geral e Importações Brasilei ra do Japão.....	75
4. Exportações Brasileira para o Japão em dólares.....	79
5. Exportações Brasileira para o Japão em cruzeiros...	80
6. Exportação Brasileira Geral e Exportação para o Japão.....	81
7. Balança comercial entre o Brasil e o Japão.....	83
8. Exportação de algodão brasileiro para o Japão e Exportação Brasileira para o Japão.....	87

INTRODUÇÃO

Após oitenta anos do início da imigração nipônica para o Brasil, o Japão é hoje o segundo maior importador do Brasil, de onde recebe anualmente o equivalente a mais de um e meio bilhão de dólares. Apesar da grande distância geográfica existente entre os dois países, suas economias são nitidamente complementares, havendo, portanto, um relevante intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão. As populações destes dois países hoje se equivalem, totalizando cerca de duzentos e sessenta milhões de habitantes, metade num território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil, e a outra metade numa exígua área de 372 mil quilômetros quadrados, o Japão.

O começo do intercâmbio comercial entre os dois países surgiu com o Tratado da Amizade, Comércio e Navegação, assinado em Paris, em 1885. Desde aquela época, o comércio entre o Brasil e o Japão foi constante, apesar de ser simbólico enquanto gerador de divisas, até o começo da Segunda Guerra Mundial. Esta grande guerra bloqueou o comércio entre os dois países. Nesta dissertação, procura-se mostrar como recomeçou o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão, logo após a Segunda Guerra Mundial.

Com base no levantamento dos ofícios que foram trocados entre Tóquio e o Rio de Janeiro, conservados no Arquivo Histórico do Itamaraty, far-se-á um esboço do intercâmbio comercial entre os dois países no período de 1949 a 1959.

O intercâmbio da década de 50 parece insignificante, se comparado numericamente com aquela das décadas de 60 e 70, nas quais os investimentos japoneses aumentaram rapidamente. Contudo, nesta época, formou-se a base do comércio entre o Brasil e o Japão, hoje indispensável aos dois países.

I — ARQUIVOS E FONTES

1. ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY

Este arquivo, situado no Rio de Janeiro, possui correspondência trocada entre o Brasil e as representações diplomáticas e consulares brasileiras no exterior até 1960, ano em que o Ministério das Relações Exteriores foi transferido para a nova capital, Brasília.

O Arquivo Histórico do Itamaraty possui normas que regem o acesso dos pesquisadores à sua documentação. Os documentos até 1900 são acessíveis a qualquer pessoa. Porém, para a consulta dos documentos posteriores a 1900, há necessidade de autorização do Itamaraty. No caso presente, foi possível por intermédio de carta de apresentação da orientadora, professora Cecília Maria Westphalen, obter a autorização do Itamaraty para a pesquisa, porém, somente dos documentos chamados ostensivos. Os documentos de 1949 até 1959 estão classificados em três tipos, do ponto de vista de segurança nacional: ostensivos, confidenciais e ultraconfidenciais. Felizmente, os documentos trocados entre o Brasil e a Embaixada Brasileira em Tóquio estavam encadernados separadamente segundo essa tipologia, sendo assim possível levantar os documentos ostensivos. Os ofícios ostensivos de 1949 até 1959 compõem 28 volumes cujo título é M.D.B. (*Missão Diplomática Brasileira*), Tóquio, Ofícios (recebidos). Os períodos abrangidos em cada volume são os seguintes:

VOLUME	PERÍODO	Nº DE NOTAS
01	outubro/1949 a	nº 001 -- nº 027
	março/1950	" 001 -- " 064
02	abril a junho/1950	" 065 -- " 128

VOLUME	PERÍODO	Nº DE NOTAS	
03	julho a setembro/1950	nº 129 -- nº 216	
04	outubro a dezembro/1950	217 --	297
05	janeiro a abril/1951	001 --	090
06	maio a julho/1951	091 --	175
07	agosto a dezembro/1951	176 --	295
08	janeiro a maio/1952	001 --	127
09	junho a julho/1952	128 --	184
10	agosto a dezembro/1952	185 --	270
11	janeiro a maio/1953	001 --	116
12	junho a dezembro/1953	117 --	292
13	janeiro a junho/1954	001 --	130
14	julho a dezembro/1954	131 --	219
15	janeiro a julho/1955	001 --	116
16	agosto a dezembro/1955	118 --	240
17	janeiro a dezembro/1956	001 --	111
18	junho a dezembro/1956	112 --	242
19	janeiro a abril/1957	001 --	100
20	maio a agosto/1957	101 --	218
21	setembro a dezembro/1957	219 --	372
22	janeiro a maio/1958	001 --	151
23	junho a setembro/1958	152 --	292
24	outubro a dezembro/1958	293 --	377
25	janeiro a abril/1959	001 --	161
26	maio a julho/1959	162 --	303
27	agosto a setembro/1959	304 --	413
28	outubro a dezembro/1959	414 --	514

Os remetentes e os destinatários de cada volume são os seguintes:

VOLUME	REMETENTE	DESTINATÁRIO
01	Embaixada G. P. do RIO BRANCO	Ministério de Estado do Raul Fernandes
02	Idem	Idem
03	Idem	Idem
04	Idem	Idem

VOLUME	REMETENTE	DESTINATÁRIO
05		(Nº 01 a 27) Raul Fernandes (Nº 28 a 57) João Neves da Fontoura (Ministro de Esta do de Relações Ex teriores).
06	Idem	(Nº 58 a 90) Hei- tor Lyra (Ministro de Estado Interi- no)
07	Idem	Idem
08	Idem	Idem
09	Oswaldo Tavares (En carregado de Negó - cios a.i.) (Nº 185 a 198) Oswal do Tavares (Nº 199 a 270) J. A. Barbosa Carneiro (Em baixador)	Idem
11	Idem	Idem
12	Idem	(Nº 119 a 142) Idem (Nº 143 a 161) Mã- rio de Pimentel Bran dão (Ministro de Es tado Interino). (Nº 162 a 292) Vicen te Rão (Ministro de Estado).
13	Idem	Idem
14	Heitor Bastos Tigre (Encarregado de Negócios a.i.)	(Nº 131 a 166) Idem (Nº 167 a 219) Raul Fernandes
15	(Nº 01 a 52) Júlio A. Barbosa Carneiro (Nº 53 a 89) Heitor Bastos Tigre (Encar- regado de Negócios - a.i.) (Nº 90 a 112) Orlando Leão Marques (Encarre gado de Negócios a.i.) (Nº 113 a 116) Rober- to Mendes Gonçalves - (Embaixador)	Idem

VOLUME	REMETENTE	DESTINATÁRIO
16	Idem	(Nº 118 a 209) Raul Fernandes (Nº 210 a 240) Jo- sê Carlos Macedo - Soares (Ministro de Estado)
17	Idem	Idem
18	Idem	Idem
19	Idem	Idem
20	(Nº 101 a 140) Idem	Idem
21	(Nº 141 a 218) Luiz de Almeida Nogueira Porto (Encarregado de Negócios a.i.) (Nº 219 a 237) Idem (Nº 238 a 272) Roberto Mendes Gonçalves	Idem
22	Idem	Idem
23	Idem	(Nº 152 a 191) Idem (Nº 192 a 292) Fran- cisco Negrão de Li- ma (Ministro de Es- tado).
24	(Nº 293a 308) Rober- to Mendes Gonçalves (Nº 309a 377) Geral- do de Heráclito Li- ra (Encarregado) (Nº 01 a 135) Idem (Nº 136 a 161) Ro- berto Mendes Gonçal- ves	Francisco Negrão de Lima Idem Idem Idem
26	Idem	Idem
27	Idem	(Nº 304 a 311) Idem (Nº 312 a 413) Horá- cio Lafer (Ministro de Estado)
28	Idem	Idem

A Embaixada Brasileira em Tóquio costumava encaminhar ao Itamaraty um relatório intitulado "Mês Econômico", contendo muitas informações sobre o comércio. Além do "Mês Econômico", a Embaixada remetia ao Itamaraty, recortes dos jornais - Nippon Times, Asahi Evening News, etc. Estes jornais constituíram também importantes fontes para esta dissertação.

Esses ofícios em 28 volumes são numerosos e incluem abundantes informações, porém, como os ofícios confidenciais e ultra-confidenciais não estão à disposição para a consulta, não se pode afirmar que essas informações sejam completas.

2. BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Para a coleta de dados referentes ao comércio exterior, foi consultada também a Biblioteca do Ministério da Fazenda, situada no Rio de Janeiro, onde se encontra a coleção "Comércio Exterior do Brasil", que contém os Boletins do "Comércio exterior dos países, segundo as mercadorias", e do "Comércio exterior, por mercadorias segundo os países", utilizada nesta dissertação.

3. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Na Biblioteca do IBGE foram consultados os "Anuários Estatísticos do Brasil", que contêm a série de dados comércio exterior do Brasil.

4. BIBLIOTECA NACIONAL DO CONGRESSO DO JAPÃO

No Japão, a pesquisa foi realizada na Biblioteca Nacional do Congresso, em Tóquio, a maior Biblioteca desse país, fundada em 1948. Foram consultados os livros e artigos de revistas que tratam das relações *nipo-brasileiras*, os quais foram incluídos nas referências bibliográficas, em português.

III MÉTODOS E TÉCNICAS

Esta dissertação está baseada principalmente no levantamento de ofícios trocados entre o Rio de Janeiro e Tóquio, ou seja, entre o Itamaraty e a Embaixada Brasileira.

Os ofícios, após a Segunda Guerra Mundial, só existem a partir de 1949, ano em que a Embaixada Brasileira foi reaberta em Tóquio, depois da interrupção das relações diplomáticas entre os dois países por causa da Guerra. Portanto, o início do período de pesquisa é 1949, o término é 1959, pois, somente foi possível o acesso aos ofícios até esse ano, uma vez que não é permitido consultar os ofícios posteriores a 1960.

Nesse arquivo, foram levantados os ofícios constantes de 28 volumes relativos ao período de 1949 a 1959, organizados em 400 fichas. Este trabalho foi demorado e, como o arquivo está aberto ao público somente no horário vespertino, estendeu-se por mais de seis meses.

O comércio entre o Brasil e o Japão, no período de 1949 a 1959, foi que propiciou a melhor forma de abordar a conjuntura econômica abrangida por esta pesquisa. Isto porque, em meio a tantas diferenças existente entre os dois países (inclusive pela distância geográfica), foi o comércio exterior que se apresentou mais promissor, como ponto de referência para o estudo aqui feito. Este argumento pode ser facilmente comprovado pelo próprio contexto histórico por que passavam o Brasil e o Japão nos dez anos ressaltados para análise. Este período foi muito significativo para o Japão visto que, nessa época, ele reconstruía sua economia depois da Guerra. Por outro lado, essa fase foi também importante para o Brasil, que estava no seu processo de industrialização.

O método básico de trabalho foi o método histórico. Complementarmente, foram utilizadas técnicas quantitativas. O comércio se revela em números e a quantificação descreve o fato mais precisamente. Contudo, a quantificação não dispensa a consideração dos fatos qualitativos, portanto, foram analisados os dados do comércio exterior, consideram-se os fatos históricos e a situação econômica e política de ambos os países.

III HISTÓRIA DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO (1949-1959)

1. COMÉRCIO EXTERIOR NIPO-BRASILEIRO ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O intercâmbio comercial entre os dois países foi regulamentado, durante muitos decênios, pelo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecido em Paris em 1895 e ratificado em 1897 na mesma cidade (ANEXO I). No período seguinte à assinatura do Tratado, o movimento comercial entre o Brasil e o Japão foi insignificante, cabendo aos japoneses, nos dois decênios até 1930, uma porcentagem de apenas 0,29% do total comercializado, havendo sempre um déficit em relação ao Brasil.

Um estabelecimento de crédito, "*The YOKOHAMA Specie Bank*", criado no Rio de Janeiro, e uma linha direta de navegação, a "*Osaka Shosen Kaisha*", que transportava imigrantes japoneses, vieram contribuir positivamente para o desenvolvimento do tráfico comercial entre os dois países. Além disso, a colonização japonesa, localizada especialmente no Estado de São Paulo e na Bacia Amazônica, contribuiu consideravelmente em escala apreciável, para a expansão das exportações em direção ao Japão.

Em 1930, o Brasil expediu mercadorias no valor de 1.531 contos e, em 1934, as exportações atingiram a 10.638 contos, o que representa uma acréscimo de 700%¹. Os principais produtos da exportação brasileira para Japão eram: cristal

¹PISK, E. Comércio com o Japão. Obs. Econ. Fin., 196:62-8, - 1952.

de rocha, algodão, couros, café, ossos, borracha, nozes do Pará, mica, madeira, etc. Quanto à importação, esta atingiu, em 1934, 16.648 contos, composta, na sua maioria, de: vidras, cerâmicas, porcelanas, cristais, lâmpadas, acessórios para máquinas têxtis, peixes em conserva e outros.

Uma fase inteiramente nova, porém, iniciou-se quando uma missão chefiada por *Hoshisaburo Hirao*, em maio de 1935, chegou ao Rio de Janeiro. Era a missão da Federação das Camãras de Comércio e Indústria do Japão, encarregada de estudar "*in loco*" os meios práticos para o fomento do intercâmbio entre os dois países. Tudo porque, no movimento total, importação e exportação, o Brasil até então figurava com apenas 25.440 contos nas estatísticas japonesas, enquanto que o comércio exterior do Japão se elevava a 17.816.000 contos. De fato, esta iniciativa japonesa contribuiu para a brasileirade também enviar ao Japão uma missão chefiada por Salgado Filho. Os efeitos dessa visita ao Japão deram grande impulso à exportação brasileira, sendo que, em 1936, o valor da exportação - passou a ser de 209.876 contos (em 1935 esse valor era de apenas 20.517 contos). É, assim, que a balança comercial brasileira com o Japão que, até então, semprevapresentara deficitária, alterou-se, apresentando ativo de centenas de milhares de contos, até a Segunda Guerra Mundial.

O advento da Guerra Mundial paralizaria estas relações.

2. REABERTURA DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No período de Pós-Guerra, as relações comerciais entre os dois países estiveram interrompidas até 1948, quando se reiniciaram.

Em 1949, a Embaixada Brasileira foi reaberta em Tóquio pelo Embaixador Gastão Pires do Rio Branco, após 4 anos de interrupção das relações diplomáticas.

Pode-se dizer que, em virtude da reabertura da Embaixada Brasileira em Tóquio, as relações entre os dois países tiveram início, embora oficialmente só em data de 28 de abril de 1952, quando o Tratado de Paz entre os dois países entrou em vigor.

Nessa época, as relações comerciais entre o Brasil e o Japão eram indiretas, pois o Japão estava ocupado pelas Forças Aliadas, especialmente pelos E.U.A., em virtude da derrota militar. Desde 1945, quando o Japão aceitou a "Declaração de Potsdam", ficou subordinado ao SCAP (Supremo Comando Aliado do Pacífico). Isso perdurou até 28 de abril de 1952. A existência do Governo Japonês era reconhecida, e a ocupação pelo SCAP tomou a forma de administração indireta. No dia 06 de setembro de 1945 o chefe do SCAP, General Douglas MacArthur recebeu as diretrizes do Governo Americano para a orientação de sua administração e no dia 10 de setembro, ele anunciava tais diretrizes ao povo japonês, as quais consistiam de uma série de reformas visando à democratização do Japão.

Dentro do SCAP existia uma Divisão Econômica e Científica que tratava de assuntos comerciais. O SCAP enviou uma missão comercial, chefiada por Frank Pickelle aos países la

tino-americanos (entre os quais, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia, Venezuela e Brasil), com o objetivo de conhecer as possibilidades de abertura do comércio entre o Japão e a América do Sul.

O Jornal "Nipon Times", de 21 de outubro de 1949, noticiando acerca dessa missão, refere-se à compra de arsênio japonês pelo Brasil, e à compra de algodão brasileiro pelo Japão.

Frank Pickelle, chefe da Seção de Comércio Exterior do SCAP, afirma que os obstáculos existentes por parte do Governo Brasileiro para a reabertura do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão haviam sido removidos.

Mas, J. G. Torres, especialista em comércio do SCAP, declara que,

o Brasil teria tomado uma posição muito conservadora durante aquelas negociações, por não lhe convir ou não lhe interessar, no momento, estabelecer o intercâmbio comercial com o Japão na base de dólares, o que constituiria uma obrigação que possivelmente não poderia cumprir.²

Existia no Japão o mais ansioso desejo de reiniciar os antigos contatos comerciais com o Brasil. Mas, a deficiência dos meios de transporte marítimo, depois da perda, durante a Guerra, de cerca de 70% da frota comercial japonesa, constituía uma séria dificuldade a ser removida pelos japoneses pa

² RIO BRANCO, Gastão Pires do. Nota verbal nº 13, de 26 de nov. de 1949, ao Ministro RAUL FERNANDES. Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Itamaraty.

ra a extensão de suas linhas comerciais.

Apesar dessas dificuldades, o então Embaixador Gastão Pires do Rio Branco sugeriu ao Itamaraty que celebrasse A acordo Comercial com o Japão o mais cedo possível, dizendo:

O mercado japonês oferece vasto campo para diversos produtos brasileiros, especialmente algodão, café, óleos vegetais, couro e peles, sendo numerosos os pedidos ~~da~~ informações feitos a esta missão. Diversas firmas importadoras deste país estão cuidando de enviar representantes ao Brasil, para estudar as possibilidades de estabelecer intercâmbio, adquirindo alguns dos mencionados produtos. Receio que, se o Brasil tardar muito em reiniciar o seu comércio com ~~o~~ Japão, acabe por perder este importante mercado, pois é vultoso o desenvolvimento que vem de todos os movimentos ~~da~~ compras efetuadas pelo comércio japonês nos países de ~~Área~~ Esterlina, comércio esse agora facilitado pelo Acordo firmado em 22 de novembro último.³

O comércio exportador do Japão foi liberado do controle do SCAP e entregue à iniciativa particular, a partir de 1º de dezembro de 1949. No início de janeiro de 1950, foi também liberado, em parte, o comércio importador e a responsabilidade da sua fiscalização passou ao domínio do governo japonês, suprimindo-se toda regulamentação anterior, baixada pe

³ RIO BRANCO, Gastão Pires do. Nota verbal nº 16, de dez. 1949, ao Ministro, RAUL FERNANDES. Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Itamaraty.

lo SCAP, mas, permanecendo em vigor, entretanto, as disposições estabelecidas por este sobre a fiscalização do câmbio e controle do comércio exterior.

Assim, as empresas japonesas começaram a mostrar interesse pelo comércio com o Brasil, a "*The Showa Jitsugyo Kaisha Ltd.*", por exemplo, que gozava de bom conceito nos meios comerciais, estava visivelmente interessadas em importar produtos do Brasil, desejando realizar vultosa compra de arroz, o que a levou enviar expediente à Embaixada Brasileira, solicitando informações acerca dos preços e das condições de comércio.

A "*Fuji Iron & Co. Ltd.*", que é uma das mais importantes firmas da indústria siderúrgica do Japão, possuindo quatro usinas produtoras de aço de ferro, também mandou saber sobre a produção brasileira de minerais de ferro, a qualidade e os preços dos produtos e sobre a quantidade de toneladas em dólares de produtos de aço e ferro importados pelo Brasil nos últimos cinco anos, com suas respectivas especializações e procedência. Esta firma estava interessada em comprar minerais de ferro e aço do Brasil.

Já em 1950, segundo o jornal "*Japan News*", datado de 8 de agosto deste mesmo ano, a firma *Kanematsu Shoji* estava em negociações com uma congênere brasileira para a importação de peles no valor de US\$ 170.000,00, em troca de caminhões japoneses, serras, lâmpadas, máquinas de costura e outros produtos manufaturados. A operação seria feita na base da troca de mercadorias e para isso não seria utilizada conta aberta, tendo sido já obtida a necessária licença de importação.

A *Kanematsu* abrirá seu escritório em São Paulo, em 1938, com o nome de *Casa Kanematsu, de I. Hirooka*. Esta casa,

aliás, foi a pioneira das empresas japonesas de comércio exterior no Brasil. Durante a Guerra, a firma foi congelada como bens do inimigo. Depois da Guerra, em 1949, antes mesmo do congelamento dos bens japoneses, ela reiniciou as suas atividades, criando a Empresa de Importação e Exportação Astória, a fim de promover o comércio nipo-brasileiro. Em 1958, foi reorganizada como *Kanematsu do Brasil*, e, em 1968, finalmente - com o nome de *Kanematsu-Kousho*.

Uma firma de São Paulo, em agosto de 1950, adquiriu maquinários do Japão, para a indústria têxtil no valor de US\$ 46.000,00. A mesma notícia assinala que, apesar de ser o Brasil o melhor mercado para as máquinas têxteis de fabricação japonesa, foram de pouco valor as aquisições realizadas até então.⁴

Em 12 de abril de 1950, o Embaixador *Gastão Pires do RIO BRANCO* fez segunda ~~s~~ugestão ao Governo Brasileiro, sobre o reinício do comércio com o Japão, explicando a situação econômica do Japão e os movimentos comerciais de países estrangeiros nesse país, como a Índia, a Indonésia e a Argentina, - concluindo:

*As informações aqui inseridas são dadas pelo receio que tenho de que as competições de outros mercados estrangeiros, produtores e pela demora em concretizar as operações comerciais com este país, venha o Brasil a perder o mercado japonês onde o café, o algodão, os óleos vegetais, as peles, o couro e outros produtos estrangeiros poderão ter a mais ampla aceitação. Do mesmo modo, diversos artigos manufaturados, maquinários de coser, aparelhos elétricos e alguns gêneros de seda, máquinas fotográficas, produtos químicos e alguns outros artigos japoneses poderão ser importados pelo Brasil em condições vantajosas quanto a preço e qualidade.*⁵

Em agosto de 1950, o "Mês Econômico", da Embaixada do Brasil em Tóquio, afirmava o seguinte:

O comércio com o Brasil ainda está incipiente, por falta de um acordo, na forma adotada para com os demais países que mantêm relações comerciais com o Japão. Notificou-se em agosto último que as autoridades japoneses expediram licença de exportação para o Brasil, de 6.000 toneladas de sulfato de amônia, além das máquinas de costura e de maquinária. Por outro lado, os importadores deste país, mostram-se vivamente interessados em comprar do Brasil, principalmente café, óleos vegetais, peles e algodão. Comerciantes japoneses que, antes da Guerra, importavam o café brasileiro, estão agora fazendo suas aquisições na Colômbia em virtude da impossibilidade de comprar esses produtos no Brasil.⁶

Em 1950, foram abertas as agências japonesas do Rio de Janeiro, chefiada por Kaoru Hara, e sua sucursal de São Paulo. As funções destas agências diziam respeito à pesquisa de mercado, à exposição de produtos japoneses e ao fornecimento de informações turísticas como objetivo de promover o comércio entre o Japão e o Brasil. Esta agência do Rio de Janeiro tornou-se a Embaixada do Japão em abril de 1952, e ao mesmo tempo, a agência de São Paulo tornou-se o Consulado Geral do Japão.

Em março de 1952, foi realizada a Exposição Japonesa do Rio de Janeiro. Nessa Exposição, acentua-se, antes de tudo, a presença da indústria pesada do Japão, e uma visita aos pavilhões no Clube da Aeronáutica do Aeroporto sugeria, por meio dos objetos à vista, a compra de máquinas, caminhões, teares automáticos, tricicletas para bombeiros, etc., enquanto - fotografias lembravam as possibilidades em material rodante, locomotivas, ~~g~~quindastes e navios.

As barreiras existentes entre o Brasil e o Japão, como a falta de linha direta entre os dois países e a insuficiência de navios, começaram a ser resolvidas. Em 1951, a "*Osaka Shosen Kaisha*" reabriu a linha regular japonesa de navegação entre o Brasil e o Japão. Até então somente a "*Royal Inter-ocean Lines*" mantinha linha entre os dois países.

Em abril de 51 foi noticiada a assinatura de um contrato entre a empresa "*Osaka Machine Industry Company*" e uma firma brasileira para compra de maquinaria têxtil, constituída de 10.000 fusos, no valor de US\$ 480.000,00 FOB. Os meios industriais da *Osaka* noticiavam que a referida transação era a primeira de grande monta, efetuada pelo Brasil desde o fim da GUERRA.

Desta maneira, o comércio entre o Brasil e o Japão começou a movimentar-se embora ~~rítmo~~ lento.

⁴ RIO BRANCO, Gastão Pires do. Nota verbal nº 173, de 8 de agosto de 1950, ao Ministro RAUL FERNANDES. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁵ RIO BRANCO, Gastão Pires do. Nota verbal nº 74, de 12 de abril de 1950, ao Ministro RAUL FERNANDES. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶ RIO BRANCO, Gastão Pires do. Nota verbal nº 196, de 6 de agosto. 1950, ao Ministro RAUL FERNANDES. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

3. TRATADO DE PAZ COM O JAPÃO E AJUSTE COMERCIAL BRASIL — JAPÃO

No dia 08 de setembro de 1951, foi assinado em São Francisco o Tratado de Paz entre o Japão e os países aliados. Este Tratado tornou-se válido a partir de 28 de abril de 1952. Desde essa data o Japão reivindicou sua soberania, ou seja, o término da ocupação pelos Estados Unidos da América. Possibilitava também ao Governo japonês a assinar, à sua vontade, os acordos comerciais.

O Governo brasileiro esperava esse dia para assinar um Acordo Comercial com o Japão. Em junho de 1952, iniciaram-se as conversações entre os Governos Japonês e Brasileiro para a consecução de um Acordo Comercial e de Pagamentos. Nesse momento, *"o ponto mais importante da conversação seria como importar arroz e algodão em rama brasileiros, uma vez que os preços desses produtos são atualmente ainda mais altos a nível internacional"*, afirmava o *"Nippon Times"*.⁷

Na negociação sobre o Ajuste Administrativo de Comércio Brasil—Japão, que foi assinado em 12 de setembro de 1952, foi fixada em cerca de US\$ 36 milhões a importação de produtos brasileiros pelo Japão e em US\$34 milhões a importação ~~des~~ ^{para} o Brasil quando os projetos iniciais, preparados pelo Governo japonês previam um total de US\$ 53 milhões que posteriormente foi reduzido a US\$ 44 milhões, tanto para a importação como para a exportação.

Como resultado das negociações realizadas no Rio de Janeiro entre representantes brasileiros e japoneses, o Governo do Brasil regulou suas importações através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S/A, mantendo as disposições estabelecidas no Ajuste Administrativo entre o Brasil e o Governo do Japão, referido anteriormente (ANEXO II).

⁷TAVARES, Oswaldo. Nota verbal nº, de 23 de jan. 1952, ao Ministro JOÃO NEVES DA FONTOURA. Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Itamaraty.

O Governo brasileiro admitiria a importação no Brasil e o Governo japonês autorizaria a exportação para o Brasil das mercadorias originárias do Japão constantes da Tabela I, no limite dos valores fixados no Artigo 1º do Ajuste.

T A B E L A I
EXPORTAÇÕES JAPONESAS PARA O BRASIL

MERCADORIAS	US\$
. Fios de lã	600.000
. Fios de linho, inclusive rami..	50.000
. Chapas de ferro.....	1.000.000
. Aços especiais.....	100.000
. Arame farpado.....	100.000
. Chapas pretas.....	200.000
. Folhas de flandres.....	500.000
. Tubos.....	100.000
. Alumínio em lingotes e placas - para laminar.....	400.000
. Alumínio laminado.....	400.000
. Cobre em lingotes, "wire-bars". "cakes", cotodos.....	300.000
. Cobre e bronze laminados.....	300.000
. Fios, cabos e barras de cobre..	100.000
. Navios.....	10.000.000
. Material ferroviário.....	7.000.000
. Centrais elétricas.....	1.500.000
. Outras máquinas elétricas (moto res, etc.)	200.000
. Motores a gasolina e óleo a die sel.....	800.000
. Chassis para ônibus e caminhão.	1.500.000
. Outras máquinas industriais....	690.000
. Bicicletas, inclusive peças....	200.000
. Máquinas para construção e engenharia, etc	100.000
. Máquinas têxteis	2.000.000
. Máquinas de costura, inclusive industrial.....	1.000.000

MERCADORIAS	US\$
. Equipamentos para comunicação.....	200.000
. Artigos de ótica.....	150.000
. Máquinas e ferramentas.....	300.000
. Máquinas e equipamentos agrícolas..	500.000
. Rolamentos.....	100.000
. Equipamentos cirúrgico e odontológico.....	100.000
. Anilinas e corantes.....	100.000
. Filmes virgem e papel para fotografia.....	100.000
. Inseticidas (inclusive DDT e BHC)..	450.000
. Sementes.....	50.000
. Cânfora.....	90.000
. Glutamato de monosódio.....	40.000
. Ervas marinhas alimentícias.....	150.000
. Bacalhau seco.....	100.000
. Agar-agar.....	80.000
. Comestíveis típico japoneses para o natal.....	70.000
. Agulhas de coser.....	30.000
. Lentes óticas.....	100.000
. Filmes impressionados.....	50.000
. Artigos de celulóide, inclusive folhas.....	50.000
. Produtos de papel.....	50.000
. Azulejos.....	100.000
. Ceramânica sanitária.....	100.000
. Isoladores de porcelana para alta tensão.....	100.000
. Louça decorada para serviço de mesa	200.000
. Outros.....	1.000.000
Total.....	US\$ 33.500.000

Por sua vez, o Governo Japonês admitiria a importação no Japão e o Governo brasileiro autorizaria a exportação para o Japão das mercadorias constantes da TABELA ~~II~~ até o limite dos valores fixados no Artigo 2º do Ajuste.

T A B E L A I I

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA O JAPÃO

MERCADORIAS	US\$
. Algodão em.....	20.000.000
. Arroz.....	6.000.000
. Soja.....	1.000.000
. Café em grão.....	1.300.000
. Peles e couros em bruto.....	1.000.000
. Couros curtidos.....	400.000
. Óleos de manona.....	300.000
. Óleos de oiticica.....	300.000
. Cacau e amêndoas.....	300.000
. Cera de carnaúba.....	200.000
. Sisal.....	200.000
. Pinho.....	200.000
. Frutas, inclusive pimenta preta.	100.000
. Minério de ferro.....	150.000
. Baga de manona.....	300.000
. Linters de algodão.....	200.000
. Cristal de rocha.....	100.000
. Lã em bruto.....	500.000
. Ossos, cascos.....	50.000
. Outros.....	2.500.000
Total geral.....	Us\$ 35.600.000

O ajuste, conforme dispunha seu Artigo 22, entraria em vigor a partir de 1º de julho de 1952, com a duração de um ano. Seria automaticamente prorrogado por mais um ano, a não ser que uma das partes comunicasse previamente a outra, por escrito, até 90 dias antes da data prevista para o término do Ajuste, a sua intenção de não renová-lo.

O *Ajuste Administrativo* de Pagamento entre o Brasil e o Japão foi assinado no mesmo dia da conclusão do Ajuste de Comércio, ou seja, em 12 de setembro de 1952 (ANEXO IV). Este dispunha o seguinte:

1. Todos os pagamentos relativos às transações ajustadas entre o *Japão e o Brasil* serão efetuados ^{em} ~~em~~ dólares dos Estados Unidos da América do Norte.
2. Os pagamento serão efetuados diretamente pelo Banco do Japão e pelo Banco do Brasil S/A.
3. O Banco do Japão abre uma conta em dólares em nome do Banco do Brasil, sob a denominação de "*Banco do Brasil — Conta Ajuste BRASIL—JAPÃO*". Todos os pagamentos referidos serão lançados à Conta Ajuste Brasil-Japão em dólares, ~~na~~ debitando-se os pagamentos do Brasil ao Japão e creditando-se os do Japão ao Brasil. Sobre o saldo da Conta, o Banco devedor pagaria ao Banco credor juros de 2,75% ao ano, contados nos semestres do ano civil e contabilizados na referida Conta.

Como era de esperar, durante os primeiros anos da década de 50, as relações entre o Brasil e o Japão foram fortemente influenciadas pelas difíceis condições do comércio internacional do Brasil, especialmente no que se refere ao déficit da balança comercial, de modo que o Governo brasileiro impôs gradualmente numerosas restrições ao comércio externo.

As relações comerciais com o exterior ficaram sujeitas ao sistema complexo dos acordos bilaterais, geralmente acompanhados de um mecanismo de compensação de pagamentos. As importações ficaram limitadas quase exclusivamente às maté-

rias-primas e equipamentos indispensáveis ao processo de industrialização que obedecia a uma política deliberada de "substituição das importações". O objetivo fundamental dessa orientação era reduzir a dependência do processo de desenvolvimento do país, aos recursos provenientes do comércio internacional.

4. COOPERAÇÃO TÉCNICA INDUSTRIAL ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

Logo depois da assinatura do Acordo Comercial, sucederam-se várias iniciativas comerciais, como as seguintes:

- No começo de 1953, *Hakuyo Boeki* exporta 7.000 unidades de máquinas de costura, e por outro lado, importa trigo e algodão em rama.
- A Companhia Química Sumitomo assina um contrato para a venda de 5.000 toneladas de alumínio ao Brasil.

Estes intercâmbios comerciais entre os dois países não significavam somente comércio, mas também a cooperação técnica industrial entre o Brasil e o Japão, da seguinte maneira:

- O Presidente da Fiação de Algodão, K. Natsukawa, com sede em Omi, declarou favorecer a cooperação técnica e financeira entre as indústrias têxteis do Japão e do Brasil.
- Em abril de 1955, a *TOYO Spinning Company* adquiriu no Brasil uma fábrica de 50 teares e 14.000 fusos, tendo iniciado grande melhoramento na mesma e enviado para São Paulo vários técnicos japoneses.
- A firma *Kanegafuti Spinning Company* adquiriu o terreno necessário para a construção de uma fábrica no Brasil.
- A *Yamato Cerâmica Company*, velha empresa estabelecida em Seto, assinou contrato com a empresa brasileira "*Doi Cerâmica Company*", para a construção de uma fábrica em São Paulo no valor de

75 milhões de *ienes*.

- A *TOYOTA Motor Company*, que fabricava peças diversas de automóveis no Brasil, enviou técnicos a este país.
- A *KYOWA Trading Ltd.*, apresentou dois projetos - de investimentos japoneses a serem realizados no Brasil pela sua matriz de Tóquio: a implantação de uma fábrica de algodão em São Paulo ou em Minas Gerais, bem como de uma fábrica de extração e refinamento de óleos vegetais (*soja*).
- Projeto de instalação de uma indústria de *rami*, pela *TOYOSENI*, no norte do Paraná.

Desta maneira, a política japonesa de comércio exterior, com visão de "*longo termo*", estava dando certo no Brasil. Esta política visava implantar fábricas e outros serviços antes que exportar produtos japoneses, fazendo pouco a pouco do Japão a principal fonte de fornecimento de equipamentos para o Brasil, que estava expandindo rapidamente sua industrialização. Nessa época, o Japão estava solidificando sua posição de fornecedor de equipamentos requeridos pela indústria brasileira, sendo que, ao mesmo tempo, precisava de fornecedores de matérias-primas, como o Brasil.

5. A PROBLEMÁTICA DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

O comércio entre estes dois países, ativado pelo Acordo Comercial, porém, ao longo do tempo, começou a apresentar problemas para o seu desenvolvimento.

O "Boletim América Latina", publicado em Tóquio, no dia 1º de julho de 1953, informa sobre as perspectivas do intercâmbio comercial *nipo-brasileiro*, em artigo escrito por Okabe, funcionário da JETRO (JAPAN Trade Center). O artigo diz o seguinte:

A emissão de licença de importação de artigos japoneses por parte do Governo do Brasil está decaindo em 1953. Para obter mais licenças de importação, não haverá outro meio senão que o Japão importe mais ativamente algodão brasileiro. Mas, o preço do algodão brasileiro é quase duas vezes maior que o norte-americano. Esta diferença de preços está prejudicando as compras japonesas de algodão brasileiro. O Japão está pronto a estudar a importação de lã brasileira em troca de exportação de cerca de 600 toneladas de fios de lã para o Brasil.⁸

Apresentam-se para o Japão, dificuldades em obter concessão de licenças do Governo brasileiro para a venda de produtos japoneses no Brasil. Para solucionar esse problema

⁸ CARNEIRO, J. A. Barbosa. Nota verbal nº 195, de 7 agos. 1953, ao Ministro VICENTE RÃO. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

o Japão teve que comprar mais algodão brasileiro, cujo preço era mais alto que o americano.

Para o melhoramento das relações comerciais entre o Brasil e o Japão não havia outro meio senão a propulsão e nérgica da exportação de artigos japoneses para o Brasil, com base na bem equilibrada balança comercial entre os dois países.

No final de julho de 1954, houve "A *Semana Brasileira*", promovida pela Câmara de Indústria e Comércio em Tóquio⁹. Nessa ocasião, foram discutidos acerca do intercâmbio nipo-brasileiro os seguintes pontos:

- O objetivo maior do Japão era exportar muito e, para isso, os japoneses estavam dispostos a importar, mesmo a preço elevado.
- O novo sistema cambial brasileiro, Instrução nº 70 da SUMOC, veio favorecer o intercâmbio nipo-brasileiro.
- Tudo se baseava no princípio de que quanto mais se soubesse do Brasil, tanto mais se poderia vender.
- O Brasil estava mais interessado agora em bens de capital, pois estava se industrializando rapidamente. O Japão podia supri-lo em grande parte.
- O Acordo de 1952 era absoleto, pois não mais atendia às necessidades do comércio entre os dois países.

⁹ TIGRE, Heitor Bastos. Nota verbal nº 151, de 30 de julho, 1954, ao Ministro VICENTE RÃO. Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Itamaraty.

- O problema da distância geográfica entre o Japão e o Brasil era um sério "handicap". Era preciso compensá-lo, através de um novo acordo objetivo e amplo que atendesse à presente realidade do mercado mundial, assim como à conjuntura econômica dos dois países.

As conclusões dessa Semana foram as seguintes:

- a) O Japão necessitava e queria aumentar e diversificar o seu intercâmbio comercial com o Brasil, não se recusando a importar, mesmo a preços elevados.
- b) O Acordo Comercial de 1952, ainda em vigor à custa de prorrogações, era um instrumento antiquado, não obstante recente, praticamente inoperante, além de injusto para com a real potencialidade do mercado japonês e as possibilidades recíprocas do comércio nipo-brasileiro.
- c) Impunha-se um novo Ajuste, econômico e financeiro, útil, amplo e objetivo, além de uma revisão geral da política comercial entre os dois países.

Por outro lado, o Brasil também mostrou o seu interesse em aumentar o comércio com o Japão, através do estudo feito em fevereiro de 1957, por Heráclito Lima, Secretário da Embaixada brasileira em Tóquio¹⁰. Nesse trabalho, foi examinada a situação dos produtos brasileiros no Japão. A importação do Brasil havia diminuído. A partir de 1954, a posição dos produtos brasileiros no mercado japonês começou a cair, apresentando índices (a proporção da importação brasileira no total da importação geral do Japão) de queda de 3,1% em 1954, 2,4% em 1955 e 2% em 1956. As causas dessa queda foram as seguintes : os países asiáticos vendiam os mesmos produtos que o Brasil

¹⁰ GONÇALVES, Roberto Mendes. Nota verbal nº 40, de 5 de fev. 1957, ao Ministro JOSÉ CARLOS MACEDO SOARES. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

queria vender a preços mais acessíveis; os produtos brasileiros eram mais caros por causa do frete, em virtude das distâncias entre os dois países; a falta de informações quanto ao mercado japonês; e a falta de diversificação no mercado brasileiro para a exportação ao Japão.

6. DECLÍNIO DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

As exportações brasileiras para o Japão começaram a diminuir a partir de 1954, e as importações brasileiras do Japão também começaram a diminuir a partir de 1956.

Esse comportamento influenciou a balança comercial, entre os dois países, a qual começou a apresentar déficit para o Brasil, a partir de 1954. Com o efeito dessa situação o Brasil principiou a acumular débitos em favor do Japão, cuja soma foi calculada, no começo de 1959, em US\$ 50.221.000,00 segundo o jornal "Asahi Evening News", do dia 18 de fevereiro de 1959. E a mesma notícia informa que o Ministério da Indústria e Comércio do Japão decidiu estender um crédito de US\$ 10.000.000,00 em favor do Brasil, com o objetivo de cobrir em parte a dívida desse país.

O comércio exterior entre os dois países, todavia, começou a paralisar a partir de agosto de 1958. Para normalizar esse comércio, o Japão precisava comprar mais produtos brasileiros. Porém, os produtos brasileiros apresentavam desvantagens. Os seus preços eram elevados, e seu frete também era alto. Por exemplo, a respeito do algodão brasileiro, o principal produto da exportação brasileira, a colheita deste no Brasil coincidia com a época da compra pelo Japão. O Brasil abastecia primeiro o mercado doméstico e depois é que iniciava suas vendas para fora do país. Nesta altura, o Japão já havia comprado o algodão necessário, ~~na~~ e outros países.

A respeito da importação do café, os importadores japoneses reclamavam as altas tarifas aduaneiras sobre o café brasileiro, que representavam 35% do preço CIF, do café.

Com o imposto de consumo, a tributação alcançava um total de 48,5% do preço CIF. Devido a esse alto imposto, o café do Brasil estava perdendo o mercado japonês, desde 1956. O café do Brasil ocupava 32% do mercado japonês em 1955, todavia, esta proporção apresentava-se com 27,8% em 1956, 26,6% em 1958 e 23,3% em 1959¹¹. Antes da Guerra, o café brasileiro ocupava 80% do mercado japonês.

¹¹ GONÇALVES, Roberto Mendes. Nota verbal nº 300, de 29 de jan. 59, ao Ministro FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

7. NOVO ACORDO COMERCIAL ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

A paralisação do comércio entre o Brasil e o Japão era atribuída, em parte, à falta de um Acordo Comercial que se adaptasse à nova realidade.

A partir de meados de agosto de 1959, foi iniciada a conversação para a assinatura de novos acordos, pois, os dois países reconheciam que do Acordo em vigor não resultara a expansão do intercâmbio comercial entre os dois países.

Para a assinatura de novo Acordo Comercial, houve divergência entre o Brasil e o Japão, quanto ao sistema de pagamentos. O Brasil apoiou o sistema de conta aberta, baseado nos seguintes argumentos: o sistema de conta aberta funcionando satisfatoriamente por mais de 5 anos poderia garantir ao Brasil o pagamento dos equipamentos pesados importados do Japão. Este sistema permitiria ainda que o pagamento das transações comerciais entre os dois países fosse feito com moeda escritural¹².

Pelo sistema em vigor, o Brasil praticamente discriminava em favor dos produtos japoneses a fim de induzir o Japão a uma maior aproximação econômica e comercial.

Por outro lado, para o Japão este sistema era desvantajoso. O Japão tinha que comprar mais do que queria, a preço mais elevado, a fim de coincidir a importância de sua importação com a de exportação. Ainda assim, Tadashi Adachi,

¹² Seu valor se expressa nos livros de conta do BANCO, e moeda escritural se trata somente através do cálculo da balança de débitos de negociantes e não pode ser entregue de mão em mão.

da Câmara de Indústria e Comércio do Japão, entendendo bem a situação do Brasil, apresentava sua opinião¹³. Ele conhecia as desvantagens da conta aberta, mas preocupava-se com a mudança do sistema de pagamentos, com o declínio do comércio realizado entre os dois países e com a perda do mercado brasileiro pelo Japão, pois os preços baixos pagos pelo Brasil, pelos equipamentos industriais e maquinaria importados do Japão só eram possíveis graças ao sistema de conta aberta que favorecia as transações essenciais entre os dois países. Dentro mesmo do Japão, havia duas correntes: a do Ministério de Indústria e Comércio que era favorável à conta aberta, e a do Ministério da Fazenda que era contra a conta aberta. Este Ministério recebia do FMI instruções para a abolição de contas abertas com o Brasil, e, nesta altura, vários países (como Indonésia, Argentina e Egito) acumulavam em virtude desse sistema de pagamentos, dívidas comerciais com o Japão; o que era de difícil recuperação.

Assim, demoraram as negociações para um novo Acordo Comercial.

O Japão, frente ao problema de dívidas brasileiras, procurava negociar o novo Acordo Comercial dentro do esquema multilateral, recebendo conselhos do FMI e GATT. Este fato também dificultou as negociações sobre um novo acordo comercial nipo-brasileiro sendo estas, deste modo, transferidas para o ano de 1960.

¹³ GONÇALVES, Roberto Mendes. Nota verbal nº 295, de 15 out. 1958, ao Ministro FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

8. AS PERSPECTIVAS DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

Na segunda metade da década de 1950, o comércio entre o Brasil e o Japão não apresentou expansão.

Por outro lado, nesta fase havia muitas possibilidades de aumento dos intercâmbios econômicos e comerciais entre os dois países, a partir dos seguintes fatos:

1. Em 24 de julho de 1959, o Primeiro Ministro Shinsuke Kishi, visitou o Brasil, a fim de conversar com o Presidente Juscelino Kubitschek, sobre a paralisação do comércio exterior e a dívida brasileira. Esta visita era a primeira de um Chefe de Estado do Japão ao Brasil. O Primeiro Ministro japonês e o Presidente brasileiro anunciaram em comunicado conjunto, a intenção recíproca ^{de} aumentar o comércio entre os dois países.
2. Em novembro de 1959, visitou o Japão, o diplomata Barbosa da Silva, Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty. Esta visita foi extremamente válida para o trabalho de readaptação do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão. Barbosa da Silva explorava novos produtos suscetíveis de comércio, entre os quais a soja e a madeira que ainda não tinham sido incluídos na pauta de intercâmbio. O diplomata brasileiro propunha ainda que mesmo o café estava longe de ter tido todas as suas possibilidades exploradas.
3. Em 1957, a "Taiyo Gyogyou", que é uma das maiores empresas de pesca do Japão, efetuou contrato na

Argentina, no Brasil e no Chile, para estender suas atividades à América do Sul.

4. Em novembro de 1957, a "Toyo Seni Company", mostra interesse à Embaixada brasileira em instalar no Brasil, no norte do Paraná, uma indústria de rami, com equipamentos modernos.
5. O jornal Tokyo Nikkan Shimbun^a, datado de 28 de fevereiro de 1958, noticiava a construção de um estaleiro de capital misto no Brasil pela "Cia de Indústria Pesada ISHIKAWAJIMA", cujo plano acabara de ser aprovado pelo Ministro de Indústria e Comércio do Japão.
6. Um proposta foi feita pela "Mitsubishi Shoji" para a construção de navios, especialmente desenhados para o transporte de minérios de ferro, em 1958. A construção de navios para o transporte de minérios de ferro, fazia parte do plano de desenvolvimento econômico do Brasil e, além disso, possibilitaria o tráfego contínuo e regular de minérios de ferro para o Japão.
7. Segundo o "ASAHI EVENING NEWS", de 6 de abril de 1959, os importadores japoneses "Mitsui", "Mitsubishi" e "Marubeni" fizeram contratos com o Instituto do Açúcar e do Alcool do Brasil para importar 60.000 toneladas de açúcar. Este era o primeiro negócio entre os dois países desde que o comércio entre eles paralizara em agosto de 1958.
8. Segundo o "Japan Times", de 3 de agosto de 1959, a "Yanmar Diesel Engine Co. Of Tokyo" estava planejando a construção de uma fábrica em São Paulo para produzir motor diesel.

9. USIMINAS

Em abril de 1956, o Presidente JUSCELINO KUBITS-CHEK solicitou ao Governo japonês cooperação técnica e financeira para a construção de uma USINA SIDERÚRGICA em Minas Gerais. O Japão enviou uma missão para verificar a viabilidade desse projeto e decidiu aceitar a solicitação em abril de 1957. Em 1958, foi estabelecida a "USIMINAS", e em agosto deste mesmo ano sua USINA começou a ser construída.

Com esses contratos comerciais e implantações de projetos, pode-se perceber as grandes perspectivas de expansão de intercâmbio comercial e econômico entre o Brasil e o Japão para a década de 60.

IV — POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

1. POLÍTICA JAPONESA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Em virtude da derrota do Japão, na Segunda Guerra Mundial, o comércio exterior japonês esteve sob o controle do SCAP. Somente depois que o Japão consolidou-se como um país democrático e pacífico é que o seu comércio exterior foi reconhecido pelas grandes potências (conforme Art. 11 da Declaração de POTSDAM).

No dia 22 de setembro de 1945, o Governo Americano transmitiu ao SCAP, em Tóquio, o plano de política de comércio exterior, cujos pontos principais eram os seguintes:

1. *os produtos importados devem ser usados para a paz;*
2. *a importação e o câmbio são controlados pelo SCAP;*
3. *o comércio exterior fica sob o controle do SCAP.*

Desta maneira, o comércio japonês foi colocado total^{mente} sob o controle do SCAP. Esta situação durou até agosto de 1947, quando Japão reconquistou com restrições o direito à exportação. Mais tarde, em janeiro de 1950, os japoneses recomeçariam a importação. Assim, o comércio exterior que estava sob o domínio do SCAP passa para os setores privados japone^{ses}. No período pós-~~guerra~~, o Japão recebia até mesmo auxílios alimentares do Governo Americano, uma vez que a economia japone^{sa} estava esgotada e destruída devido à Guerra e à derrota. A escala do comércio exterior teve uma queda significativa. É possível perceber isto quando se compara a escala de comércio exterior (total de importação e exportação) do ano de 1930, antes da guerra (100%), com as escalas de 1946 (16,8%) e de 1947 (22,7%)¹⁴.

As características do comércio exterior japonês logo após a Segunda Guerra Mundial são as seguintes: os principais produtos de exportação são a seda, o estanho, o chumbo, a borracha e a lã. A maioria é de indústria leve e de bens de consumo. Os principais produtos de importação são os alimentos, os fertilizantes e o sal.

Depois da Guerra, as situações internacionais mudaram, com graves confrontos entre Leste e Oeste. Esta situação fez com que os Estados Unidos reconhecessem a importância do Japão como um país de aliança, um país estabilizado economicamente. Portanto, o Governo Americano mudou seu plano para o seguinte:

1. normalização do comércio exterior, transferindo-o para o setor privado japonês.
2. fortalecimento dos auxílios americanos com o objetivo de restabelecer a economia japonesa e reconstruir o seu sistema econômico.

A partir de 1949, adotaram a política de promover o comércio exterior através de acordos com cada país. Essa política visou aumentar a importação para uma equivalência entre o valor importado e o exportado. O resultado desta política foi a expansão do comércio exterior japonês com os países que não tinham o dólar como moeda e com os quais não havia, até então, intenso intercâmbio comercial.

A exportação japonesa aumentou, após o início da guerra da Coreia (1950), em 93%, se comparada com a do ano de

¹⁴ HAGUIWARA, Toru. Nihon Gaikou Shi (História da diplomacia japonesa). Tóquio, Kashima, 1965. V. 30 473 p.

1949. Esse aumento foi influenciado pela demanda especial provocada pela GUERRA. O superavit do ano de 50 foi de 211 milhões de dólares.

Em 1951, o Tratado de Paz foi assinado em São Francisco, porém, sua efetivação deu-se apenas em 1952. Desde então, o Japão saiu da situação de ocupação que durou 7 anos, e reiniciou sua vida como país independente.

Entre 1948 e 1952, foram assinados acordos comerciais com 20 países (Argentina, Brasil, Chile, Finlândia, França, Alemanha, Indonésia, Coréia, Países Baixos, Filipinas, Suécia, Tailândia, Bélgica, Peru, Espanha, Uruguai, Birmânia, Paquistão, Ilhas de Sudoeste e Área Esterlina).

Esses acordos eram diferentes dos tratados comerciais, e seu objetivo principal foi estabelecer relações comerciais a curto prazo entre o Japão e outros países.

Tais acordos foram convenientes em situações diversas, logo após a Guerra. Por isso, o Japão procurou, com o objetivo de expandir o comércio, negociar acordos comerciais com cada país. Pode-se dividir essa época em duas fases:

1. 1952/55 — foi a fase do estabelecimento de relações comerciais através de acordos bilaterais.
2. 1956/62 — foi a fase de abolição de acordos bilaterais e estabelecimento de relações multilaterais.

Uma característica da primeira fase é a conclusão de acordos bilaterais. Muitos desses acordos adotaram o sistema de pagamentos de "open account" (conta aberta), liquidando as relações financeiras geradas pela exportação e pela importação, duas vezes por ano. Este sistema era conveniente para a situação econômica de escassez de dólares.

Na segunda fase (1956/62), o Japão apresentou um crescimento econômico impressionante de acordo com o cresci

mento da economia mundial, ativamente concluiu novos acordos, além de renovar a revisar os já existentes.

Os defeitos do sistema de "open account" dos acordos bilaterais foram reconhecidos e apresentados uma vez que este sistema tentava manter a balança comercial entre dois países com diferentes estruturas econômicas. Com efeito, esse fator resultava numa desigualdade de importação ou de exportação de um país em relação a outro. Desse modo, ao mesmo tempo em que os valores de importação limitavam o valor de exportação, costumava-se manter a balança com tendência à diminuição e não de aumento.

O Japão começou a abolir esse sistema de pagamentos e procurou aumentar o comércio livre e multilateral. Até o fim de 56, o Japão conseguiu abolir os acordos de "open account" transferindo-os para os de pagamento em dinheiro à vista, com os seguintes países: Alemanha Ocidental, Tailândia, Itália, Suécia e Argentina. E até o fim de 62 com a França, Finlândia, Países Árabes, Turquia, Brasil, Grécia e Chile. Por fim, restou a Coreia, cujo acordo foi abolido em 1965.

Desta maneira, os acordos bilaterais foram transferidos para os multilaterais. Tais acordos incluíam não só produtos, mas também auxílios econômicos e técnicos.

2. POLÍTICA BRASILEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Durante o período da II Guerra Mundial, o Brasil, devido à impossibilidade de obter no exterior bens e serviços essenciais, por falta de oferta dos países industrializados, acumulou razoável saldo de divisas (em 1946 o Brasil declarou ao Fundo Monetário Internacional possuir US\$ 760 milhões em ouro e divisas). Este fato que atuou como elemento de pressão no sentido de se valorizar a taxa de câmbio e modificar a situação que vinha se esboçando, na fase anterior à GUERRA.

Criou-se, assim, pela manutenção do nível de renda e do poder de compra do setor exportador no período pós-guerra uma procura superior à oferta real de bens e serviços, com agravamento do processo inflacionário, se bem que ainda tímido.

Embora o Brasil tivesse saído da Guerra com reservas acumuladas de divisas, tais reservas, quase de imediato, se esgotaram não só com o aumento das importações com também porque as exportações passaram a declinar afetando, conseqüentemente, a Balança de Pagamento. A fim de que o seu equilíbrio pudesse vir a ser mantido, o Governo, em princípios de 1948, implantou um sistema de "*Importação e Exportação*" que tinha como seu principal objetivo a restrição das importações ao máximo. Nesse sistema, as importações seriam realizadas à taxa oficial de câmbio e sujeitas ao regime de licença prévia. Tal controle, em princípio, seria utilizado por curto período. Entretanto, durou anos. Sob tal sistema as importações - estavam condicionadas às disponibilidades de divisas.

O sistema funcionou bem até 1950. Este processo, que aliviava momentaneamente a escassez de divisas, ainda que não resolvesse o problema em seus aspectos fundamentais, ini

ciou no Brasil uma política de substituição de importações de bens de consumo acabados, que iria, no correr dos anos, alterar profundamente a estrutura da economia do país, tornando-se o principal fator impulsionador do desenvolvimento.

Assim, o Brasil negociou largamente, sobretudo a partir de 1950, acordos bilaterais de comércio e pagamentos com países cujas respectivas moedas permitiam a manutenção do intercâmbio nessas bases, pela possibilidade de oferecer aos produtos brasileiros vantagens especiais, que atenuavam a limitação de mercados.

Dentro dessa orientação, o Brasil firmou cerca de trinta acordos de comércio e de pagamentos. Ressalte-se, ainda, que esse tipo de comércio chegou a representar na época, em média, 51% do valor das trocas brasileiras com o exterior¹⁵.

Em 1951, o Presidente *Getúlio Vargas* lançou um programa para o fomento da atividade industrial. Abrem-se as portas para a importação de equipamentos industriais, matérias-primas e semi-processadas.

Ainda em 1951, as autoridades governamentais brasileiras emitiram com liberdade licenças de importação, face à expectativa de uma prorrogação de guerra da Coreia e de um possível programa de rearmamento dos Estados Unidos. Tal procedimento induziu a um aumento excessivo de importações contribuindo para o aceleramento da crise.

Do lado das exportações, muitos produtos se achavam com preços acima do nível mundial, devido aos seus altos custos de produção, e não podiam ser exportados. A fim de per

¹⁵ COSTA, Carlos A. R. O Comércio Exterior e a Política Governamental Brasileira. Uma Análise Histórica, 1920/1960.

mitir a exportação desses produtos considerados gravosos, um Sistema de Compensação foi instituído e funcionou de 1950 a 1951. As licenças de importação, dentro deste sistema, somente seriam concedidas para mercadorias específicas contra exportações de determinados produtos no mesmo valor. Haveria, entretanto, uma cessão compulsória, ao Banco do Brasil, de 20% das divisas obtidas por essas exportações.

O preço elevado dos produtos brasileiros de exportação quando comparados com produtos idênticos de outros países seriam compensados por um aumento do lucro dos fornecedores das mercadorias importadas em troca. Infelizmente, esse sistema não foi bem sucedido pelo fato de que produtos importados tiveram os seus preços demasiadamente aumentados, afetando a situação interna. Por outro lado, as condições climáticas no país durante 1951 e 1952, resultaram em declínio da produção agrícola de 1952, determinaram a queda não só em volume, como em valor, das exportações nesse mesmo ano.

A expansão da indústria manufatureira envolvia custos muito elevados de importação de bens de capital e de aquisição de algumas matérias-primas, cuja oferta era insuficiente ou inadequada para promover esse empreendimento. Além do mais, a situação se tornava delicada porquanto as autoridades governamentais tinham de enfrentar o problema de pesados encargos, com pagamentos de atrasados comerciais a vários países.

Com o número de licenças de importação concedidas aumentando mais do que o esperado, as exportações caindo e os atrasados comerciais com os outros países também aumentando continuamente, as autoridades governamentais tiveram que voltar a restringir a concessão de licenças.

Assim, no início de 1953, introduziu-se uma reforma cambial, denominada "Lei do Mercado de Câmbio Livre" (Lei nº 1807, 7 de janeiro de 1953). Esse sistema foi instituído não só para restringir as importações como para resolver dificuldades das remessas de lucros, dividendos e transferências de capital. Pela nova Lei do "Mercado Livre", os lucros de capital poderiam ser remetidos para o exterior desde que a taxa de câmbio em vigor fosse paga. Esperavam com essa medida corrigir a situação e, conseqüentemente, atrair o capital estrangeiro. Todavia, não foram bem sucedidos, pois as experiências do passado não foram facilmente esquecidas pelos investidores.

Essa lei possibilitou, do lado das exportações, a transferência parcial ou total de produtos gravoso (como algodão, pinho e cacau) para o mercado de taxa livre. Com essa medida, as autoridades monetárias permitiram que parte das cambiais obtidas com as exportações de alguns desses produtos fossem negociadas nesse mercado. Contudo, os resultados dessas providências não se mostraram favoráveis ao incremento das exportações de tais artigos.

No que tange às importações, o Banco do Brasil preparou um orçamento de câmbio de todas as moedas e o seu licenciamento, à taxa de câmbio oficial (Cr\$ 18,72 US\$), tinha que se enquadrar dentro desse orçamento. Para a concessão de licença à taxa oficial, as matérias-primas essenciais e os equipamentos foram discriminados em listas divulgadas pelo Banco do Brasil. Para itens não essenciais, ou de luxo, não houve lista, mas os pedidos de licença só seriam concedidos à taxa de câmbio prevalecente no mercado de câmbio livre.

Todavia, esta escassez de divisas afetou a aplicação dessa lei, tornando-se necessário alterá-la em julho do mesmo ano. Tal alteração foi requerida para forçar os importa-

dores a pagar, à época da concessão da licença, um depósito de 30% do valor das mercadorias. Essa medida tinha como principal objetivo não só evitar os abusos da maior parte dos importadores que estavam importando mais do que suas reais necessidades, como forçá-los a apresentar novos pedidos de licença completamente revisados. De fato, os pedidos foram reduzidos, pois nem todas as firmas que importavam podiam dispor dos 30% de imediato para receber equipamentos que poderiam demorar em fabricação até um ano. Na medida, entretanto, que os recursos iam sendo liberados, os pedidos de importação aumentaram tanto que as autoridades monetárias ao invés de atenderem a esses pedidos promoveram o seu cancelamento. Pela Instrução nº 70, de outubro de 1953, apresentou-se um novo plano, em substituição ao anterior, introduzindo modificações substanciais no sistema cambial.

O principal objetivo do plano era o de corrigir o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos, dar melhores condições para o prosseguimento do desenvolvimento econômico do País, pagar os atrasados comerciais, ajustar o valor do cruzeiro em relação ao dólar e reduzir a tendência inflacionária. O antigo sistema de importação foi substituído por um leilão, na "Bolsa de Valores", de certificados que permitiam a compra de divisas para a importação dos produtos, os quais foram classificados em 5 categorias, conforme a sua especialidade. A taxa oficial de Cr\$ 18,72 por dólar foi mantida, mas estabeleceu-se um âgio mínimo de Cr\$ 15 para a 1ª categoria; Cr\$ 18 para a 2ª; Cr\$ 23 para a 3ª; Cr\$ 30 para a 4ª e Cr\$ 75 para 5ª, sendo imprescindível que o licitador fosse importador tradicional. Seria interessante lembrar que os certificados de câmbio estavam em função da quantidade de divisas obtidas com as exportações, variando o montante para cada uma das 5 categorias.

to é, elas seriam em maior quantidade para itens mais essenciais e em menor para aqueles menos essenciais. Este processo representou, de fato, uma política de restrição de importações através de um sistema de preços. Esperava-se que, em especial, a propensão ^{para} a importar itens de luxo deveria decrescer bastante uma vez que os lucros seriam reduzidos. Todavia, os lucros se mantiveram, aumentando mais ainda os preços.

No início do sistema, os preços dos certificados de câmbio para importações giraram em torno de Cr\$ 30,⁰⁰ por dólar para a 1ª categoria e Cr\$ 150,⁰⁰ para a 5ª, valores esses que incluía a taxa oficial de câmbio (Cr\$ 18,72) mais o ágio pago nos leilões, pelo importador.

As divisas obtidas pelos produtos exportados estavam sujeitas ao seguinte regime: os exportadores vendiam suas divisas ao Banco do Brasil, que lhes pagava a taxa oficial de câmbio mais um valor variável como prêmio, de acordo com a natureza do produto exportado. Dentro desse sistema de bonificação estabeleceu-se um prêmio de Cr\$ 5,00 por dólar para o café e Cr\$ 10,00 para os demais produtos.

A repercussão desse plano, implantado pelo Ministro Oswaldo Aranha, foi sentida em outros setores, além do comércio exterior. A política de subsidiar as exportações através de prêmios obtidos com as importações representou um estímulo para a agricultura. No setor industrial, este plano procurou estabelecer metas preferenciais para novos investimentos. Maior estímulo foi dado aos investimentos básicos, energia e transporte através de classificação dos vários tipos de equipamentos em categorias de importação segundo a sua maior essencialidade. O plano baseado num sistema de taxas múltiplas apresentou como principal inovação o leilão de câmbio. Observaram-se resultados positivos, pois, o valor das importações

caiu em cerca de 31% em relação a 1952, enquanto que as exportações aumentaram, principalmente em valor monetário, devido a um leve aumento no preço do café. O Balanço de Pagamentos que, em 1952, foi deficitário, face ao sistema de leilões, apresentou em 1953 um *superavít* de 6 milhões e 895 mil cruzeiros,

TABELA III
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO GERAL DO BRASIL

Totais anuais Cr\$ 1.000

ANO	VALOR DAS IMPORTAÇÕES	VALOR DAS EXPORTAÇÕES	SALDO/DEFICIT
1949	20.648.081	20.153.084	- 494.997
1950	20.313.429	24.913.487	+ 4.600.058
1951	37.198.345	32.514.265	- 4.684.080
1952	37.178.622	26.064.993	- 11.113.629
1953	25.152.079	32.047.276	+ 6.895.197
1954	55.238.775	42.967.571	- 12.271.204
1955	60.225.657	54.521.072	- 5.704.585
1956	71.596.808	59.472.070	- 12.124.738
1957	86.451.541	60.657.129	- 25.794.412
1958	103.322.915	63.752.526	- 39.570.389
1959	161.284.017	109.449.699	- 51.834.318

FONTE: *Anuários Estatísticos do IBGE.*

A vantagem do plano baseava-se no leilão de câmbio que resolvia o problema de distribuição das escassas divisas entre os importadores. Porém, no fim do ano de 1954, em virtude da acentuada escassez de dólares, os certificados de câmbio - para importação, que eram oferecidos ¹⁸⁰ à vista, passaram a ser oferecidos a 90, 120¹⁸⁰ e 270 dias, na expectativa de que o País

pudesse melhorar sua situação, o que não aconteceu, resultando em novo acúmulo dos atrasados comerciais.

A situação econômica, que já se encontrava complicada, agravou-se mais ainda com os acontecimentos políticos que culminaram em 24 de agosto de 1954 com o suicídio do Presidente *Getúlio Vargas*. O Ministro da Fazenda indicado pelo novo Presidente manteve o sistema de leilões de câmbio, apenas estabelecendo que as importações governamentais que eram feitas à taxa oficial mais um prêmio de Cr\$ 10,00 por dólar seriam acrescidas dos ágios mínimos dos leilões dentro das respectivas categorias de importação. Tal medida visava reduzir de imediato o volume dessas importações, com reflexos positivos no Balanço de Pagamentos.

Esse sistema, que permaneceu de 1953 até meados de 1957 e teve em seu favor a desvalorização indireta do cruzeiro em relação ao dólar, drenou os recursos obtidos com o lucro dos leilões de câmbio para o Governo, eliminou a corrupção na emissão de licenças de importação e fez com que os importadores sentissem a necessidade de adotar critérios de prioridade nos seus pedidos, antes de formalizá-los.

A Instrução nº 113 da SUMOC, de 17 de maio de 1955, procurou complementar essas medidas, uma vez que objetivava criar um clima favorável à atração de investimentos de capitais estrangeiros para o País. Tratava-se da política de substituição de importações, mediante planos setoriais, e estímulo à entrada de capitais estrangeiros. Consoante essa Instrução, as importações poderiam ser feitas sem cobertura desde que a empresa beneficiada pela importação se comprometesse a não remeter nenhum pagamento para o exterior no valor correspondente ao dos equipamentos importados. O valor dessa importação seria incorporado ao ativo da empresa do investidor

no Brasil. Essas importações, para serem aprovadas, teriam que ser de bens considerados essenciais para o desenvolvimento econômico do País. Tal medida oferecia reais vantagens aos investidores uma vez que estes não mais necessitavam remeter dólares para o Brasil e convertê-los à taxa de câmbio livre para tornar a comprar de dólares nos leilões de câmbio a preços mais elevados. Ao lado dessa medida também se deve mencionar a revalidação de um antigo instrumento legal, a "*Lei do Simililar Nacional*", que permitiria a industriais brasileiros a solicitação de proteção tarifária para determinados produtos de importação que comprovassem produzir ou estarem se aparelhando para tal. Conseqüentemente, a importação desse produto sofreria forte resistência, servindo essa proteção, ao mesmo tempo, de estímulo para a indústria nacional.

Com a entrada em vigor da *Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957*, as tarifas aduaneiras e o câmbio passaram a ter novas normas. Além do precípua objetivo de proteger a produção nacional, principalmente a manufatureira, a referida lei apresentou também disposições de natureza cambial que alteraram o sistema instituído pela *Instrução nº 70, da SUMOC, de 1953*. Dentro da nova nomenclatura cambial, as cinco categorias anteriores de importação deram lugar a somente duas, ou seja, a uma geral e a outra especial, sendo que a geral agrupava a grande maioria dos produtos importados. A categoria especial passou a ser integrada pela antiga 5ª categoria, parte da 4ª e alguns itens da 3ª, enquanto que a categoria geral englobou as antigas 1ª e 2ª, grande parte da 3ª e raros itens da 4ª. Certos produtos ficaram ainda sob particular proteção, mas, também para esses, o critério foi de criar taxas mais realistas de proteção.

Com todas estas inovações, cairá sobre o importador uma nova incidência aduaneira, cuja taxa "*ad valorem*" média

era estimada em cerca de 30% (o que elevava ainda mais, o custo da moeda americana), além do custo da divisas, representado por novas condições estabelecidas (como o *ágio da licitação nos leilões de câmbio e a taxa fixada junto ao "Fundo Monetário Internacional"*).

Durante esse tempo, as autoridades governamentais sempre se preocuparam com os altos e baixos do comércio exterior emitindo leis ou baixando instruções de modo a contrabalançar o excesso de importações sobre as exportações. Entretanto, essas medidas, na sua maioria, eram para atender situações delicadas e momentâneas, uma vez que a base econômica do Brasil era precária, sofrendo inflação interna e dependendo de conjunturas internacionais incertas e inteiramente fora do seu alcance.

V OS INVESTIMENTOS JAPONESES NO BRASIL

A década de 50 significou para o Japão a consolidação da base do desenvolvimento econômico do País. Os investimentos japoneses em outros países não eram incentivados, pois, o Japão tinha um mercado doméstico satisfatório, para investir, especialmente no campo da indústria pesada. Apesar disso, ao Brasil nessa década, destinou-se mais de 20% do total dos investimentos japoneses no exterior, como se observa na TABELA IV, abaixo¹⁶:

TABELA IV

INVESTIMENTOS JAPONESES NO EXTERIOR

(US\$ 1.000.000)

PERÍODO	NO BRASIL	AMÉRICA LATINA	TOTAL	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)		
1951/1958	33	49	143	23.1	67.3

FONTES: "Situação atual de cooperação e sua problemática".
Ministério da Indústria e Comércio do Japão. Estadísticas
do Ministério da Fazenda (1951/1958),
do Japão.

As empresas japonesas surgiram no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial. As primeiras eram de imigração, mas, depois de 1936, vieram outras. A empresa japonesa de algodão, "Nippaku Menka", estabeleceu-se em São Paulo, seguida das empresas "Brascot Ltd.", estabelecida na mesma cidade, e, a "TOYO MENKA" que abriu sua filial também em São

¹⁶ MIZUNO, Hajme. Brasil Nikkei Kgyo no Kentyuu. (A pesquisa sobre as empresas japonesas no Brasil). Tokyo, s. ed., 1984.

Paulo no ano de 1937. Além dessas empresas, a "KANEMATSU e a "ITO-CHU", que são empresas comerciais, da mesma forma, abriram seus escritórios na capital paulista para a compra de algodão brasileiro.

Todas estas empresas foram fechadas e seus bens foram congelados durante a Segunda Guerra Mundial.

Depois da Guerra, o primeiro investimento japonês no Brasil foi o da "Kanematsu" (já citada), em 1951. No ano seguinte, a empresa "Nomura Boeki" estabeleceu-se no Brasil com o nome de "Intercâmbio Comercial Nomura Ltda.". Nomura abriu a sua empresa em São Paulo em abril de 1952, com o capital de 500 contos. Suas atividades eram a importação e a exportação em geral. O Presidente deste grupo "Nomura" havia estabelecido a fazenda "Nomura" em Bandeirantes, no Paraná, em dezembro de 1925. Nesta fazenda, cultivava-se café até os dias atuais. Essa Empresa abriu uma filial em Santos, em 1956, com o objetivo da exportação de café para os E.U.A, o Japão e a Europa. Em 1958, foi construída uma fábrica de beneficiamento do café em Cornélio Procopio, no Paraná. Desta maneira, Nomura completou o sistema de exportação de café, no Brasil.

Do mesmo modo, na segunda metade da década de 50, quase todas as grandes empresas do Japão começaram suas atividades no Brasil, e as principais foram as seguintes:

1. Toyobo do Brasil S/A.

Foi estabelecida em fevereiro de 1955, em Americana, no Estado de São Paulo. Produzia fio de ALGODÃO e tecidos de ALGODÃO.

2. Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil S/A.

Foi estabelecida em novembro de 1956, em São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Suas atividades

principais eram a venda de algodão e de fio de algodão. Mantém suas fábricas, em Pirassununga e Leme, também no Estado de São Paulo.

3. Ajinomoto do Brasil Ind. e Com. Ltd.

Estabelecida em São Paulo, em 1956, com o objetivo de vender "Ajinomoto", um tempero feito à base de soda e ácido glutamin. Começou suas vendas primeiro junto aos membros da colônia japonesa e depois no mercado brasileiro.

4. Yanmar do Brasil S/A.

Sua loja foi aberta em fevereiro de 1957, em São Paulo. Suas atividades principais eram as de importação de motores do Japão, venda no Brasil, e serviço de conserto de motores. Em 1960 foi reorganizada como *Yanmar Diesel Motores do Brasil S.A.*, com capital de 190.000 contos, estabelecendo uma fábrica em Indaratuba, Estado de São Paulo.

5. Kubota Tekko do Brasil Ind. e Com. Ltda.

O primeiro negócio da Kubota com o Brasil foi a exportação de motores em 1933. Mais tarde, em 1951, começaram as exportações de jatos de água, e, em 1955, de tratores. Estabeleceu a "Marukyo Máquinas Agrícolas S/A", em 1957, a qual começou a produzir tratores em 1960. Em 1965, tomou o nome de "Kubota Tekko do Brasil Ind. e Com. Ltda".

6. Taiyo Indústria de Pesca S/A.

Começou suas atividades de pesca na costa brasileira, em 1957, com base em Santos. Possuía 7 navios au

torizados pelo Governo Brasileiro. Em 1959, foi estabelecida a "*Taiyo Indústria de Pesca S/A*".

7. Lanifício Kurashiki do Brasil S/A.

Estabeleceu-se em agosto de 1957, com um escritório em São Paulo e uma fábrica em Sapucaí, no Rio Grande do Sul. Suas principais atividades eram a produção de fio de algodão e de fio sintético (*mistura de lã e poliéster*).

8. Toyota do Brasil S/A.

Foi estabelecida em janeiro de 1958, em São Paulo. Primeiramente, produzia *jipes* com motor à gasolina, utilizando peças importadas de uma empresa inglesa. Construiu sua fábrica em março de 1961 em São Bernardo do Campo, em São Paulo.

9. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A

Em 1955, o Governo Brasileiro solicitou ao Japão, por intermédio do Embaixador Ando, do Japão, a cooperação técnica e financeira para a construção da Usina de Minas Gerais. Em agosto de 1956, o Governo Japonês enviou a Missão da Usina *Yahata do Japão*, chefiada por Masao Yukawa ao Brasil, com o objetivo de verificar a viabilidade deste projeto. Em 3 de junho de 1957, foi assinado o acordo sobre o estabelecimento das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A, entre o Brasil e o Japão, na residência do Embaixador Ando. A Usina de Minas Gerais já havia sido estabelecida em 1956, com o capital de 1.850 contos, e depois de obter a cooperação japonesa começou suas atividades em 25 de janeiro de 1958. Este investimento foi o maior feito pelo Japão no exterior, após a Segunda Guerra Mundial. No Japão, foi estabelecida, em 1957, a

"Nihom USIMINAS S/A", com a participação das empresas siderúrgicas Yahata, Fuji, Hippon-Koukan, Sumitomo-Kinzan e Nakayama Tekkou.

10. Unítica do Brasil Ind. Tec. Ltda.

Foi estabelecida em junho de 1958, em Americana, no Estado de São Paulo. Sua principal atividade era a produção de fio de algodão.

11. Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o corpo técnico do Estaleiro Ishikawajima Harima, do Japão, foi solicitado pelo Governo Brasileiro a fim de cooperar para a instalação de um estaleiro no Brasil. O então Presidente desta empresa, Sr. Doko, depois de investigações e reuniões para entendimento, aceitou esta solicitação, de modo que em janeiro de 1959 foi fundada a "Ishikawajima do Brasil Estaleiro S/A." Entre 1959 e 1967, a Ishikawajima construiu 17 navios, com o total de 149.900 toneladas.

Após iniciada a construção dos primeiros navios, o êxito do estaleiro dependia, bastante, da solução de duas preocupações: a falta de tecnologia especializada não disponível no Brasil, naquela época, e a localização de suas instalações (Rio de Janeiro) numa área cuja industrialização ainda era incipiente, com relação a São Paulo, por exemplo. Todavia, a Ishikawajima superou algumas dessas desvantagens, ajudando as indústrias brasileiras na fabricação de peças necessárias para a construção dos navios, e fabricando as peças por si mesma que faltavam no Brasil. Desta maneira, a Ishikawajima conseguiu complementar o Estaleiro Ishibras, com os maiores e modernos equipamentos da América do Sul.

A seguir são referidas as empresas comerciais japoneses que estabeleceram sucursais no Brasil.

1. Nitimen do Brasil Ltda.

A Nitimen começou a compra de algodão do Brasil a partir de 1933, colocando um agente seu em São Paulo. Em 1955, foi estabelecida a "Nitimen do Brasil". Suas principais atividades eram: a exportação de algodão brasileiro para o Japão e a importação de remédios químicos e motores, do Japão e de países europeus.

2. Marubeni do Brasil Imp. e Exp. Ltda.

É uma das três maiores empresas comerciais do Japão juntamente com a Mitsui e a Mitsubishi. Em 1954, abriu filiais em São Paulo e Rio de Janeiro com capital de Cr\$ 20.000.000 - (vinte milhões de cruzeiros). Tratava da exportação de algodão, lã, café, soja e açúcar e da importação de metais, máquinas, remédios químicos, fertilizantes, etc.

3. Mitsubishi Shoji do Brasil Imp. e Exp. Ltda.

Foi estabelecida em dezembro de 1955, em São Paulo. Comercia com a exportação de café, algodão e minério de ferro e com a importação de chapa de ferro para automóveis, máquinas e matérias têxteis.

4. Nisho-Iwai do Brasil

Foi estabelecida em 1957, em São Paulo. Suas principais atividades eram a importação de ferro, máquinas e produtos químicos e agrícolas do Japão, e a exportação de minério de ferro, café, algodão, matérias têxteis e

soja para o Japão e outros países.

5. Soc. Imp. e Exp. C. ITOH do Brasil

Foi estabelecida em 1957, em São Paulo. Suas atividades eram a exportação de algodão, minério de ferro, café, produtos agrícolas e carne de cavalo, e a importação de maquinaria, metais e produtos químicos do Japão.

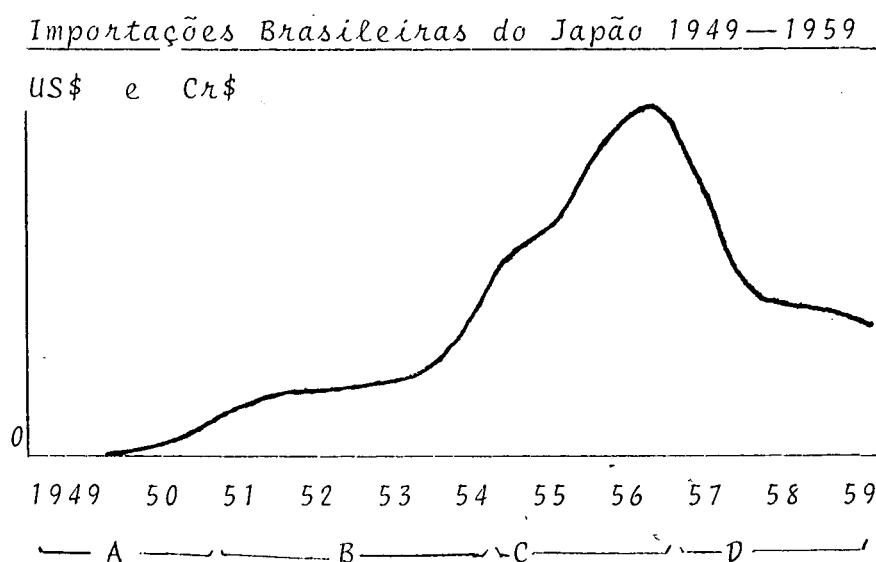
A primeira metade da década de 50 foi uma fase preparatória dos investimentos japoneses, e a segunda metade assistiu ao primeiro "boom" do investimento japonês no Brasil.

Os motivos que levaram os empresários japoneses a investir na criação de novas empresas no Brasil foram os seguintes: naquela conjuntura, o Brasil queria substituir as importações pela produção local, como incentivo à sua industrialização. Foi esta política que atraiu os investimentos estrangeiros. Por outro lado, no Japão, as indústrias têxteis, tendo equipamentos de sobra devido à prolongada recessão que houve após a Guerra da Coréia, tinham fortes interesses em relação ao mercado brasileiro. Outro motivo era a presença de imigrantes japoneses no Brasil, que somavam cerca de 600 mil. Eles incentivaram, sem dúvida, ^{o estabelecimento} de empresa Japonesas.

VI ANÁLISE QUANTITATIVA DO COMÉRCIO
ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

1. IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO JAPÃO

Quando se observa o Gráfico 1 (*Importações Brasileiras do Japão em dólares*) e o Gráfico 2 (*Importações Brasileiras do Japão em cruzeiros*), é possível obter-se a seguinte curva abstrata:



FONTE: Anuários Estatísticos (IBGE)

Esta curva foi constituída segundo as diferentes fases do Governo brasileiro: 1949/50 (*Presidente Dutra*), 1951/54 (*Presidente Getúlio Vargas*), 1954/56 (*Presidente Café Filho*) e 1956/59 (*Presidente Juscelino Kubitschek*). A partir dessa consideração, é possível dividir a curva em 4 fases (A, B, C e D).

- A) O governo do Presidente Dutra promoveu primeiramente a política de liberalismo econômico, resultando na escassez de divisas, quando então foi introduzido o sistema de licenças de importação. Esta fase corresponde ao reinício do comércio entre o Brasil e o Japão, que se mantinha sob a política de restrição das importações. Por isso, a importação brasileira do Japão não se ativou muito.
- B) O Presidente Vargas lançou um programa de fomento às atividades industriais. Abrem-se as comportas para a importação de equipamentos industriais, matérias-primas e semi-processadas. Nesta fase, um *Ajuste Comercial* bilateral entre o Brasil e o Japão foi assinado em 1952. Por isso, nesta fase, a importação brasileira do Japão começa a aumentar, com exceção do ano de 1953, em que foi introduzido o câmbio livre e, assim, o dólar subiu de 18,72 cruzeiros para 43,62 cruzeiros. Como efeito, neste ano, a importação brasileira do Japão *diminuiu*.
- C) O Presidente Café Filho criou um clima favorável à entrada de capitais estrangeiros no Brasil. A Instrução nº 113 da SUMOC, de 1955, foi muito significativa, pois a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil era autorizada a emitir licenças de importação, sem cobertura cambial, de equipamentos industriais, o que correspondia a inversões estrangeiras. Essa prática perdurou até 1961, incentivando os capitais estrangeiros. Por isso, a curva apresenta-se ascendente, chegando ao pico de 1956.
- D) O Presidente Kubitschek promoveu a industrialização com a introdução de capital estrangeiro, através de um Plano de Metas que fomentava o desenvolvimento das indústrias de base. Nesta fase, foi assinado o acordo de USINIMAS entre o Brasil e o Japão. Este período, no entanto, foi difícil pa-

ra o comércio entre o Brasil e o Japão, em virtude do Acordo Comercial de 1952, que não se adaptava à realidade e também dos pagamentos de conta aberta. O Brasil começou a acumular os débitos para com o Japão desde 1954 e o comércio entre os dois países paralisou. Assim, diminuíram as trocas entre o Brasil e o Japão nesta fase.

Quando se compara a importação brasileira do Japão com a importação geral do Brasil, no Gráfico 3, entre 1953 e 1956, a importação brasileira do Japão ~~aumentou~~ ~~ram~~, embora a importação geral do Brasil diminuísse. Nos outros períodos a importação do Japão apresentava quase o mesmo movimento da importação geral do Brasil.

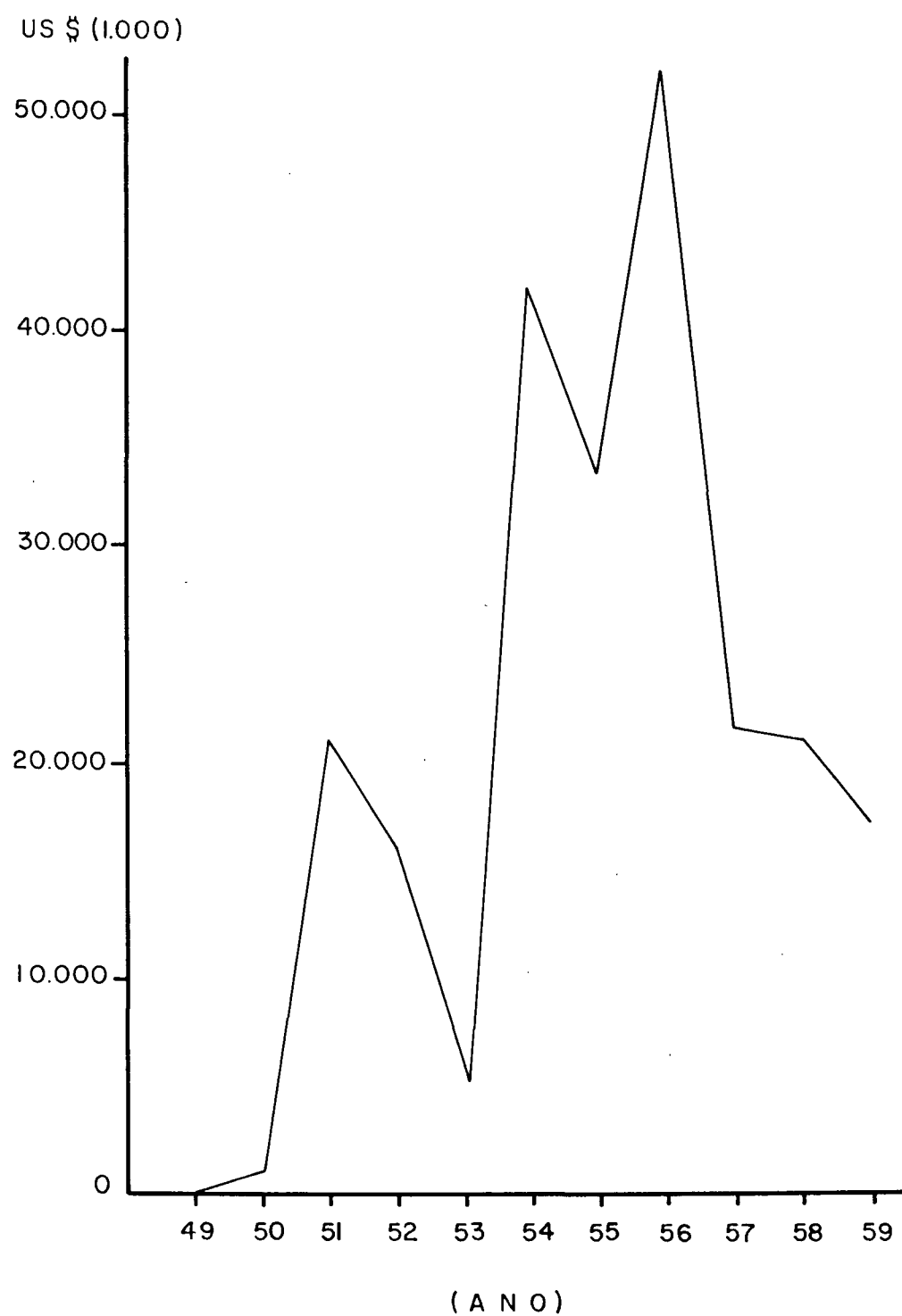
Com efeito, pode-se dizer que a importação brasileira do Japão dependia muito da política brasileira de comércio exterior, uma vez que a importação era limitada pelas emissões de licenças de importação do Governo brasileiro.

TABELA V
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

ANO	TOTAL DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS			TOTAL DAS IMPORTAÇÕES DO JAPÃO			CÂMBIO	
	QUANTIDADE (t)	V A L O R		QUANTIDADE (kg)	V A L O R		MÉDIO	%
		Cr\$(1.000.000)	US\$(1.000)		Cr\$(1.000)	US\$(1.000)	ANUAL	
1949	7.179.049	20.648	1.103.585	384	2.558	137	18.72	0.01
1950	8.967.894	20.313	1.085.119	1.899	24.095	1.287	18.72	0.12
1951	10.994.491	37.198	1.987.091	25.335	394.097	21.052	18.72	1.06
1952	11.394.706	37.179	1.986.037	21.427	296.198	15.823	18.72	0.89
1953	11.792.000	25.152	580.611	22.835.195	220.508	5.090	43.32	0.88
1954	13.345.000	55.239	888.368	245.165.725	2.641.150	42.476	62.18	4.78
1955	13.945.000	60.226	818.951	124.865.714	2.446.709	33.270	73.54	4.06
1956	13.948.000	71.597	972.914	136.024.053	3.807.770	51.743	73.59	5.32
1957	13.513.000	86.452	1.142.487	49.551.148	1.631.436	21.560	75.67	1.89
1958	14.202.000	103.323	7.944.200	60.315.315	2.748.868	21.135	130.06	2.66
1959	14.347.000	161.284	1.008.840	119.263.537	2.725.098	17.050	159.83	1.68

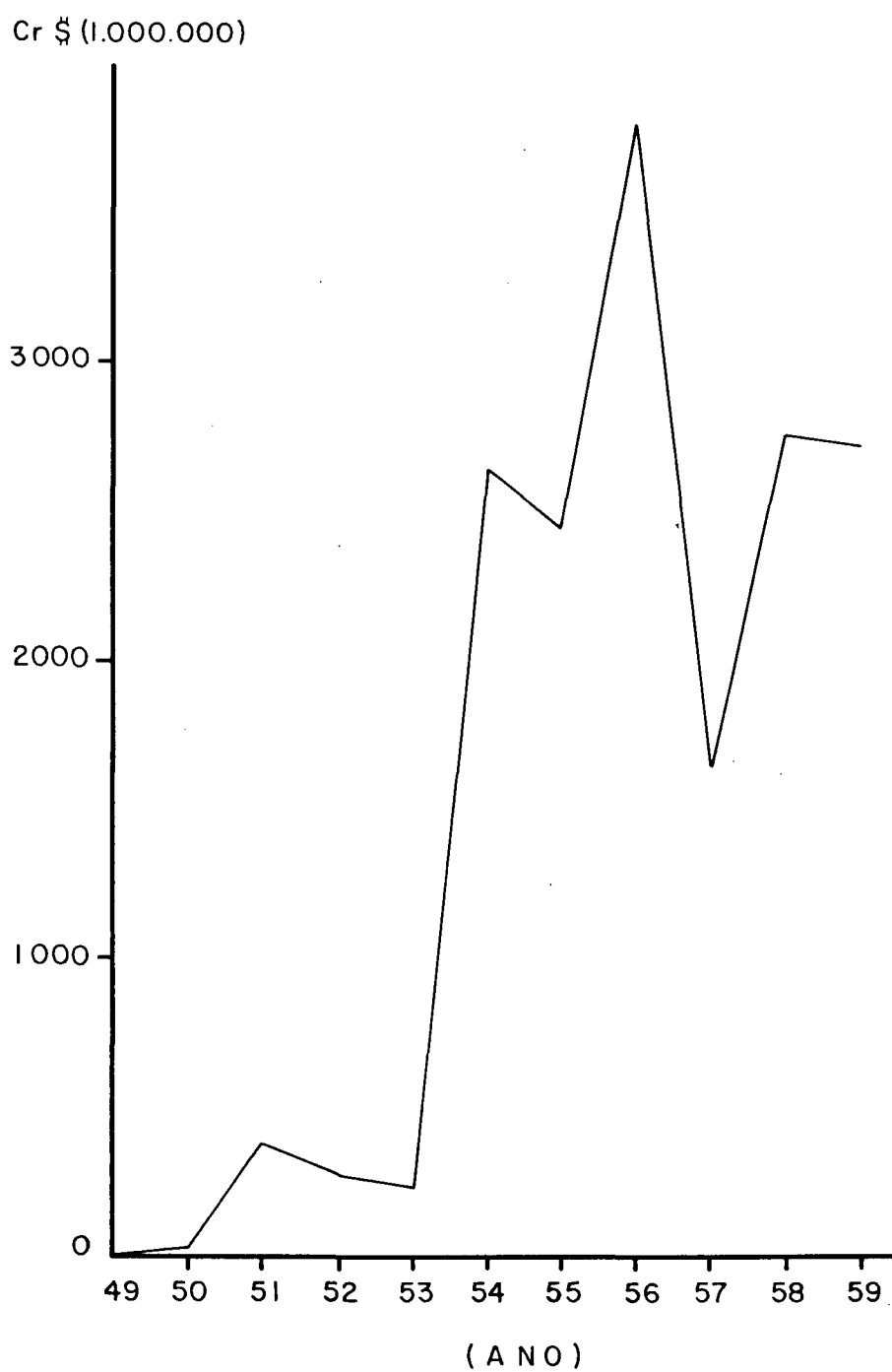
FONTE: Anuários Estatísticos do IBGE.

Gráfico 1 - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DO JAPÃO EM DÓLARES



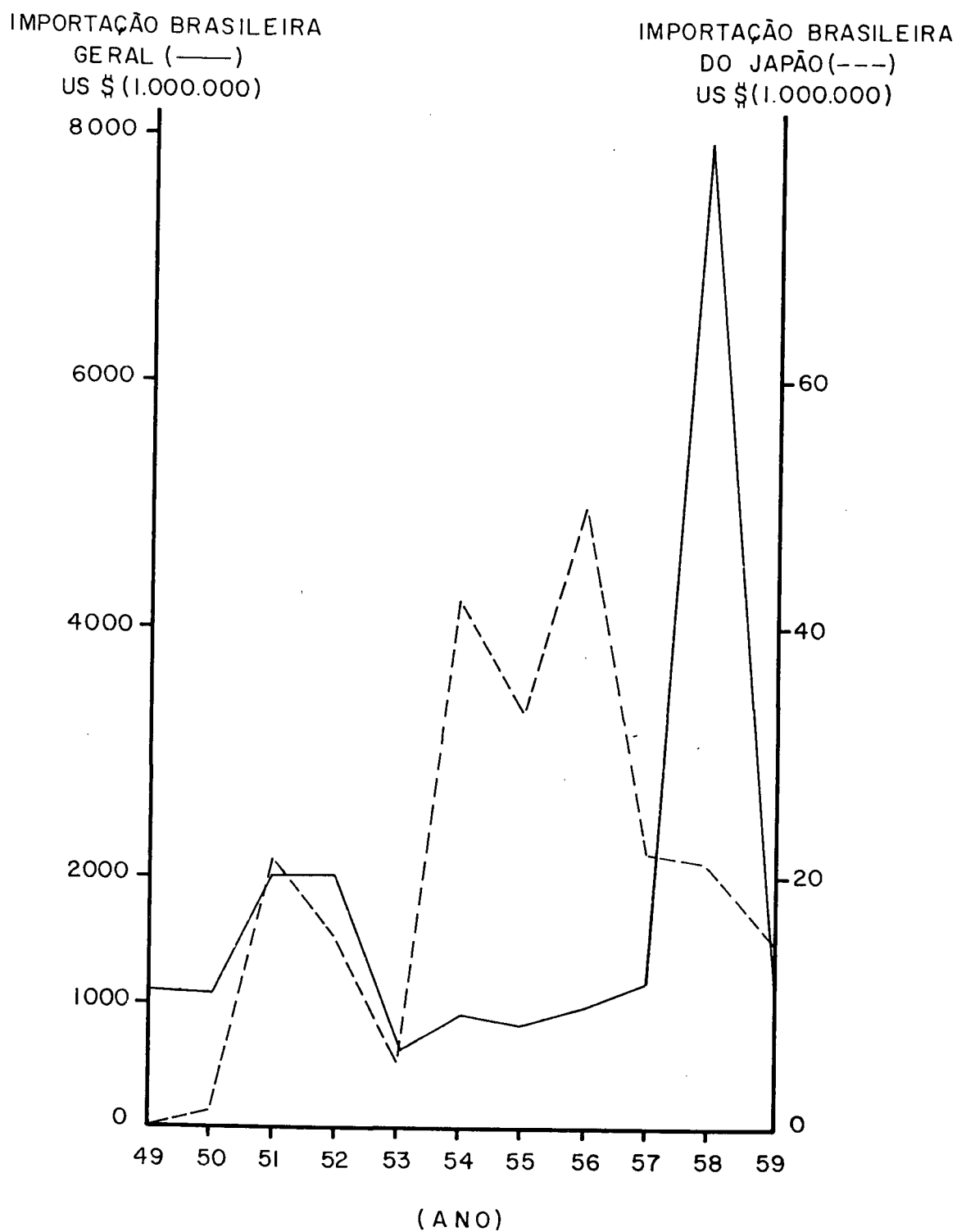
FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO IBGE.

Gráfico 2 - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DO JAPÃO EM CRUZEIROS



FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO IBGE.

Gráfico 3 - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA GERAL E IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DO JAPÃO.



FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICO DO IBGE.

2. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA O JAPÃO

Os principais produtos brasileiros exportados para o Japão eram: o algodão, lã, ramí, café, cacau, soja, ~~Hamati~~ta, ferro, aço, etc.

Como se vê nos Gráficos 4 e 5, as exportações crescem continuamente até 1954, caindo depois até o ano de 1958. Com o ponto máximo de 1954, parecia que o *Ajuste Comercial entre o Brasil e o Japão* era eficiente, mas, neste mesmo ano, a balança comercial começou a registrar o *deficit* do Brasil e este país começa a acumular *débitos* para com o Japão, caindo muito as exportações brasileiras.

Como algumas das razões da queda da exportação de produtos brasileiros para o Japão, são apontados alguns defeitos dos produtos brasileiros, segundo o levantamento sobre produtos brasileiros, feito pela Embaixada Brasileira em Tóquio.¹⁷ O algodão brasileiro era vendido a um preço mais caro do que o preço internacional. Enquanto que o grão do café brasileiro era muito pequeno e na embalagem do café havia muitas pedras pequenas, as quais estragavam os grãos de café durante a viagem do Brasil para o Japão. O preço da lã brasileira também era elevado, 50 a 60% mais caro do que o argentino e 20 a 30% mais caro do que o australiano. Além do que, quando os importadores japoneses recebiam a lã brasileira, ela já estava danificada - devido ao rompimento da sacaria de juta. Outra desvantagem estava na qualidade do açúcar, era inferior a do açúcar cubano. Sem falar que a soja por deficiência de secagem estava muitas vezes sujeita à fermentação durante a longa viagem. Estes de-

¹⁷ CARNEIRO, Júlio A. Barbosa. Nota verbal nº 12, de 12 de jan. 55. ao Ministro RAUL FERNANDES. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

feitos dos produtos brasileiros prejudicavam o aumento das exportações brasileiras para o Japão.

Quando se observa o Gráfico 6, pode-se comparar as exportações brasileiras para o Japão com a exportação geral do Brasil. É importante dizer que as exportações para o Japão aumentaram entre 1951 e 1954, embora o total da exportação do Brasil diminuísse muito nessa conjuntura.

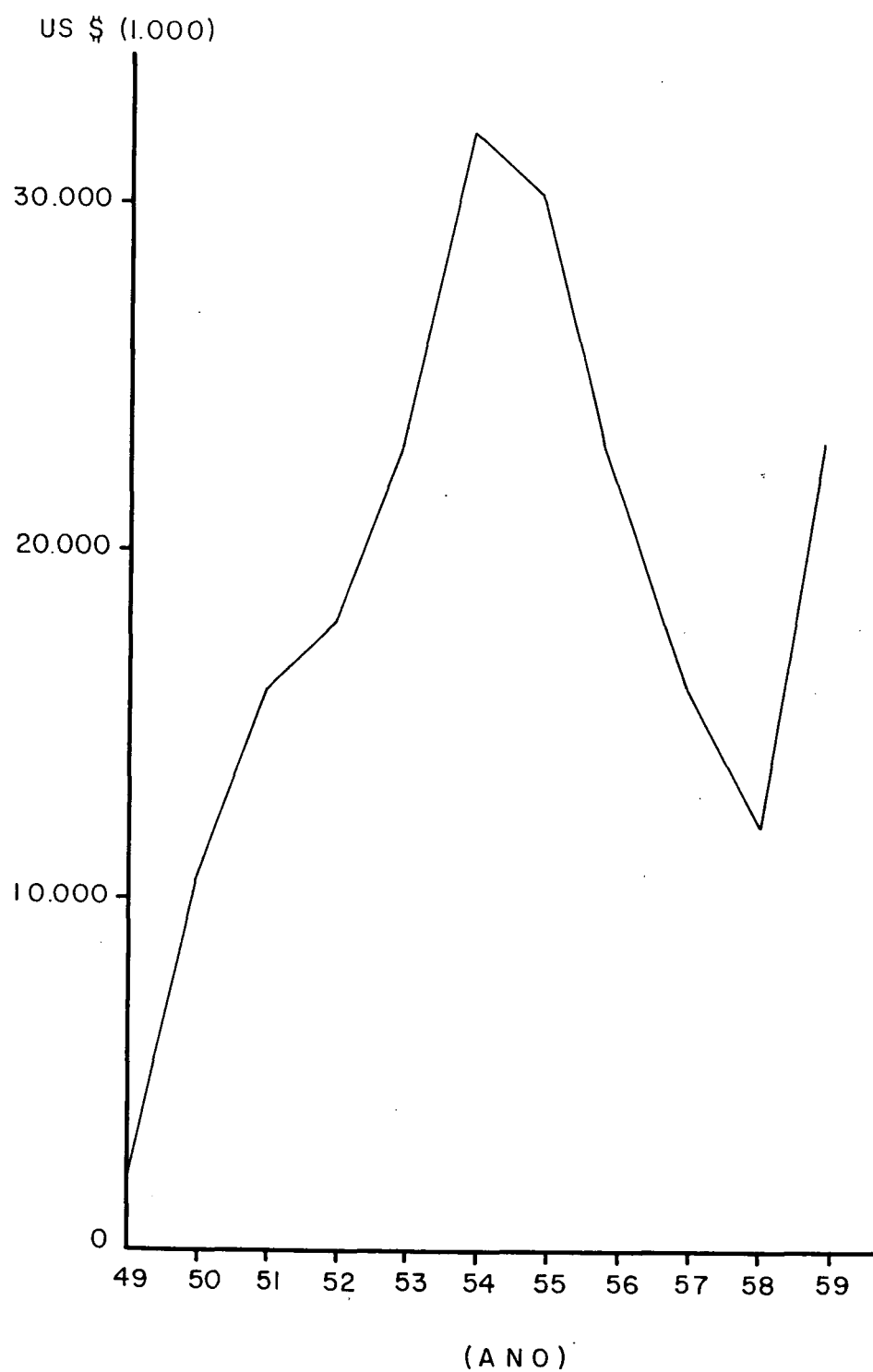
A partir de 1958, as exportações brasileiras para o Japão começam a aumentar e em vista disto, seria possível esperar a expansão de comércio entre o Brasil e o Japão na década seguinte, de 1960 a 1970.

TABELA VI
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

ANO	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS			TOTAL DAS EXPORTAÇÕES PARA O JAPÃO			CÂMBIO	
	QUANTIDADE(t)	V A L O R		QUANTIDADE(kg)	V A L O R		MÉDIO	%
		Cr\$(1.000.000)	US\$(1.000)		Cr\$(1.000)	US\$(1.000)	ANUAL	
1949	3.744.053	20.153	1.076.553	7.650	35.384	1.890	18.72	0.18
1950	3.819.083	24.913	1.330.847	10.038	199.375	10.650	18.72	0.80
1951	4.851.889	32.514	1.736.873	17.890	302.350	16.151	18.72	0.93
1952	4.091.109	26.065	1.392.360	51.068	348.823	18.633	18.72	1.34
1953	4.378.000	32.047	739.780	80.221.921	1.008.708	23.285	43.23	3.15
1954	4.230.000	42.968	691.019	175.804.776	2.011.093	32.343	62.18	4.68
1955	6.186.000	54.521	741.379	211.415.851	2.264.376	30.791	73.54	4.15
1956	5.751.000	59.572	808.154	175.832.490	1.656.669	22.512	73.59	2.79
1957	7.713.000	60.753	802.861	207.993.038	1.725.980	22.809	75.67	2.84
1958	8.297.000	63.753	490.177	60.315.315	1.622.446	12.474	130.06	2.54
1959	9.884.000	109.450	684.788	119.263.537	3.773.200	23.608	159.83	3.45

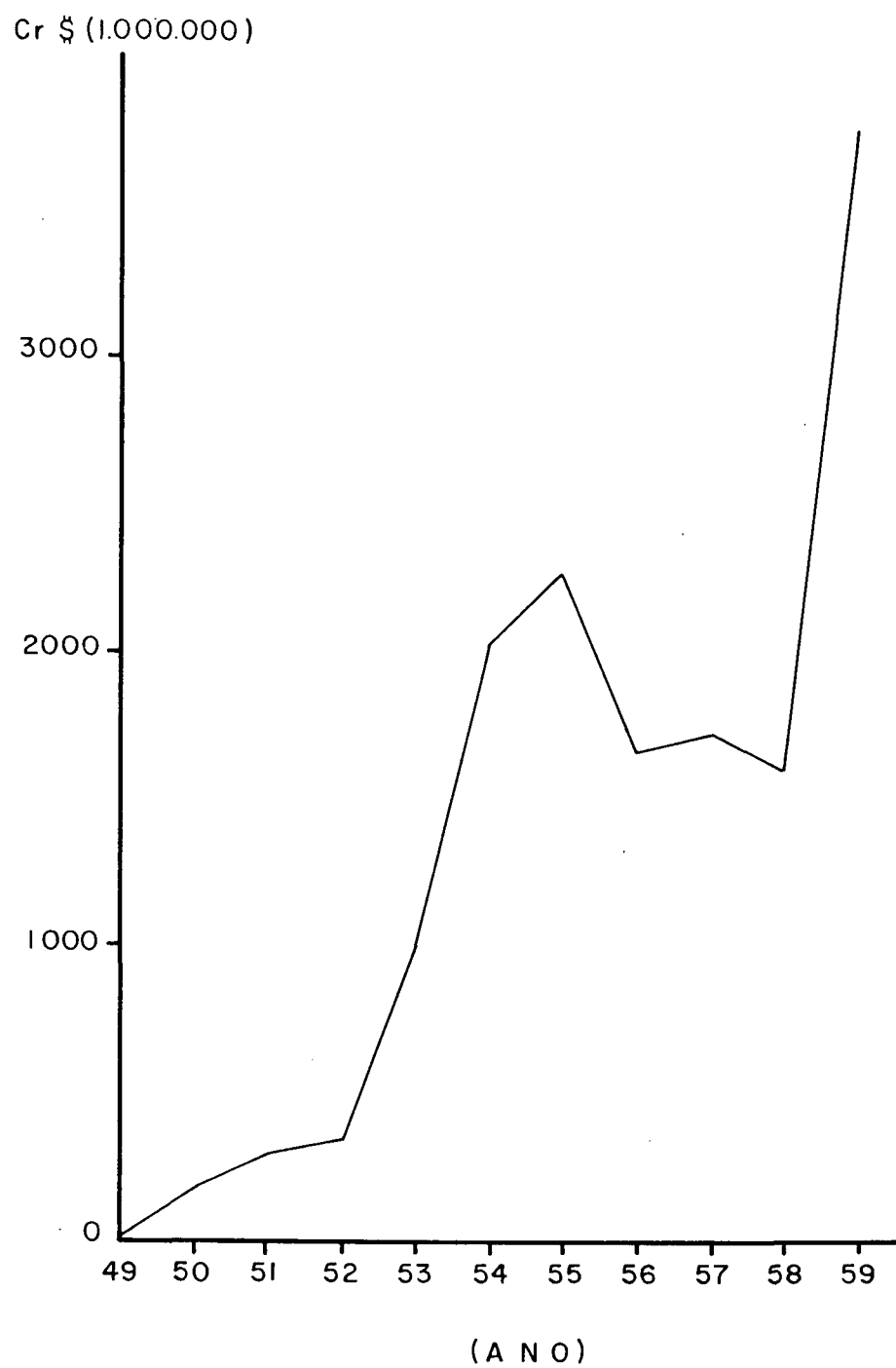
FONTE: Anuários Estatísticos do IBGE.

Gráfico 4 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA O JAPÃO EM DÓLARES



FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO IBGE.

Gráfico 5 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA O JAPÃO EM CRUZEIROS



FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO IBGE.

Gráfico 6 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA GERAL E EXPORTAÇÃO PARA O JAPÃO.



FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO IBGE.

3. BALANÇA COMERCIAL ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

O Gráfico 7 (sete) evidencia que, na primeira metade de década de 1950, a balança comercial apresentou *superavit* em favor do Brasil e que, na segunda, já era deficitária em relação a este país.

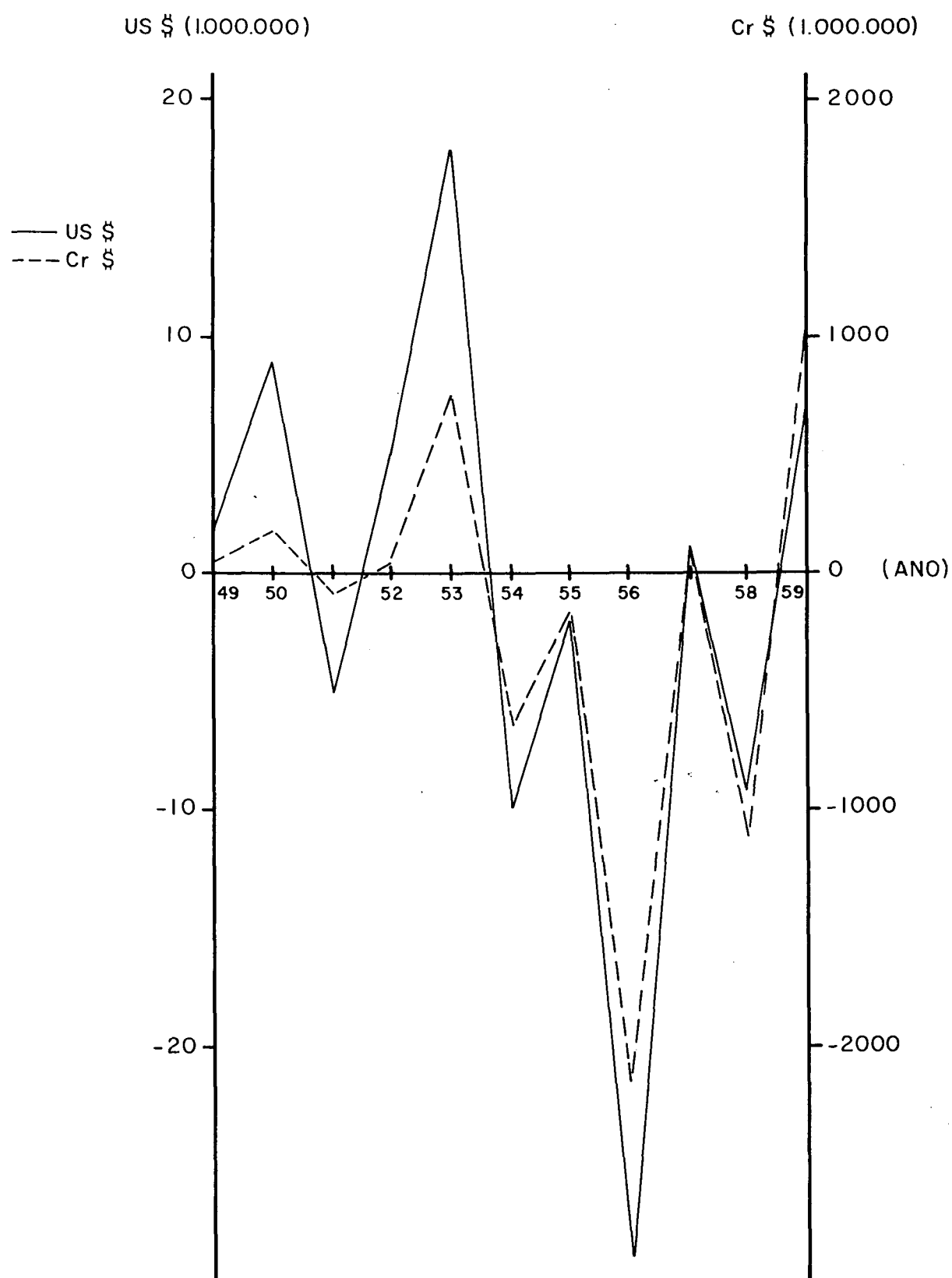
Especialmente, entre 1954 e 1957, o Brasil acumulou grande débito para com o Japão, apresentando um *deficit* progressivo. Esta balança negativa brasileira prejudicava o comércio com o Japão de tal modo que este comércio paralisou-se. Todavia, em 1959, novamente a balança apresenta-se positiva para o Brasil.

T A B E L A VII
BALANÇA COMERCIAL BRASIL—JAPÃO

ANO	Cn\$ (1.000)	US\$ (1.000)
1949	32.826	1.753
1950	175.280	9.363
1951	- 91.737	- 4.901
1952	52.625	2.810
1953	788.200	18.195
1954	- 630.057	- 10.133
1955	- 182.333	- 2.479
1956	- 2.151.101	- 29.231
1957	94.544	1.249
1958	- 1.126.422	- 8.661
1959	1.048.102	6.558

FONTE: Anuários Estatísticos do IBGE.

Gráfico 7 - BALANÇA COMERCIAL ENTRE O BRASIL E O JAPÃO.



FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO IBGE.

4. O ALGODÃO — PRINCIPAL PRODUTO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA O JAPÃO

A indústria ~~têxtil~~ japonesa alimenta-se exclusivamente da importação de matéria-prima estrangeira. Todavia essa indústria concorre mais do que qualquer outra na balança comercial do país.

O SCAP estabelecera que as indústrias têxteis seriam uma das bases da reabilitação econômica do Japão. Sob essa orientação, em julho de 1950, foram suspensas quase inteiramente as restrições limitativas do número de fusos de fiação no país. Conseqüentemente, aumentaram as necessidades de matéria-prima, carecendo o Japão de 2.000.000 de fardos anuais de algodão. Nestas condições, o Japão teve problemas para conseguir novos mercados fornecedores, agravando-se a situação com o fato de que produtores dessa matéria-prima, como o Brasil e a Índia, haviam tido relações comerciais interrompidas com os japoneses, em virtude da Segunda Guerra Mundial.

No período de 1º de janeiro a 1º de setembro de 1950, foram os seguintes os valores das importações de algodão feitas pelo Japão.¹⁸

PAÍSES	US\$
1. U.S.A.....	127.419.489
2. Paquistão.....	14.077.016
3. Índia.....	5.557.641
4. Egito.....	2.912.294
5. Argentina.....	1.902.326
6. México.....	1.484.262

¹⁸ RIO BRANCO, Gastão Pires do. Nota verbal nº 254, de 6 de Nov. 1950, ao Ministro RAUL FERNANDES. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.

O Brasil concorreu com a importância de apenas US\$ 511.498 nos primeiros oito meses do ano de 1950, enquanto que, no ano de 1936, a exportação brasileira de algodão em rama para o Japão atingira ~~de~~ US\$ 13.429.000.

O Brasil em 1951 colocou-se em 4º lugar entre os abastecedores de algodão em rama do Japão, com sua participação estimada em US\$13.691, ou seja, 6% sobre o total da importação dessa *matéria-prima* pelo Japão.

Desde 1954, a indústria nipônica está substituindo a importação de algodão pela polpa de *rayon*, dada a preferência dos consumidores dos têxteis japoneses por esta última, tanto no mercado interno como no externo. Assim, a partir de 1955, as importações de algodão começaram a diminuir.

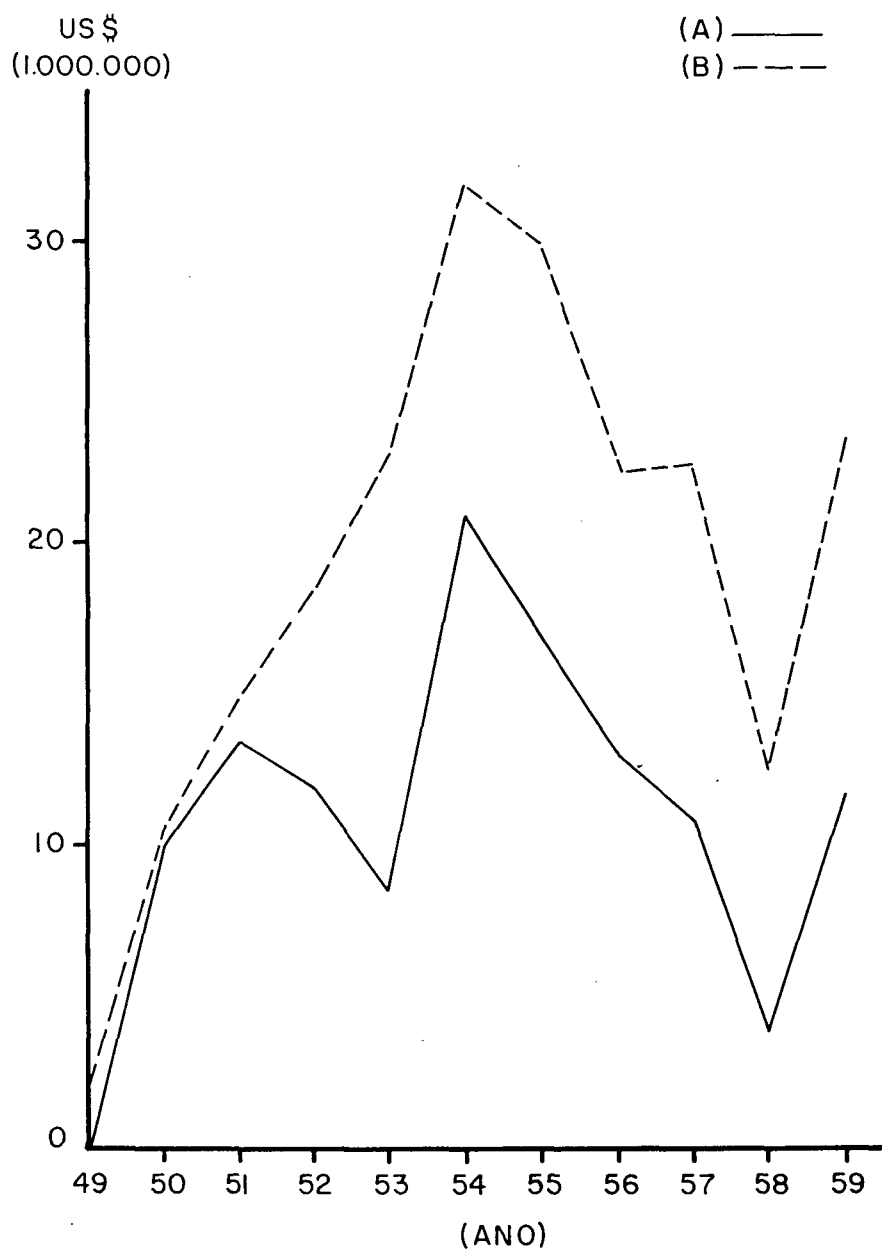
Porém, a curva das exportações do algodão brasileiro para o Japão é que modela a curva de toda a exportação brasileira para o Japão, na conjuntura de 1949—1959, como se observa no Gráfico 8.

TABELA VIII
EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO BRASILEIRO PARA O JAPÃO

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR A BORDO Cr\$1000	NO BRASIL US\$1000
1949	1.516.643	2.944	157
1950	9.320.336	191.966	10.255
1951	9.574.775	256.287	13.691
1952	10.596.179	226.565	12.103
1953	24.348.604	370.369	8.550
1954	59.024.639	1.327.475	21.349
1955	45.597.006	1.306.254	17.762
1956	39.005.303	945.404	12.847
1957	32.037.270	896.593	11.849
1958	15.275.151	544.452	4.186
1959	27.839.338	1.950.497	12.204

FONTE: Comércio Exterior do Brasil, por países, segundo as mercadorias, Ministério de Fazenda do Brasil.

Gráfico 8 - EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO BRASILEIRO PARA O JAPÃO (A)
E EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA O JAPÃO (B)



FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL, POR PAÍSES,
SEGUNDO AS MERCADORIAS. MINISTÉRIO
DA FAZENDA DO BRASIL.

CONCLUSÃO

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão recomeçaram com a abertura da Embaixada do Brasil em Tóquio, em 1949, depois do bloqueio comercial entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial. O comércio entre o Brasil e o Japão recomeçou tímido, pois a economia japonesa não foi reconstruída tão rapidamente, após a derrota na Guerra e o país estava sob o controle das Potências Aliadas, especialmente dos Estados Unidos da América, até a data de 28 de abril de 1952, quando entrou em vigor o Tratado de Paz com o Japão.

Como resultado, em 12 de setembro de 1952, foi assinado o Acordo Comercial Brasil-Japão, o qual impulsionou o comércio entre os dois países. Todavia, este Acordo apresentava um problema fundamental, quanto ao sistema de pagamentos, ou seja, quanto ao pagamento conta aberta. O comércio através deste sistema era uma nova modalidade que surgiu após a Guerra, adotada para suprir a falta de dólares e atender à situação econômica em transição do período após-Guerra. Naturalmente, este sistema era transitório, mas prejudicou a expansão do comércio entre o Brasil e o Japão. Por este motivo, tornou-se necessária uma outra forma de comércio que fosse mais liberal.

A exportação e a importação entre os dois países aumentaram até 1954 e 1956, respectivamente, declinando rapidamente a seguir, em virtude do débito que o Brasil acumulara em favor do Japão, desde 1954. Além deste fato, a queda do comércio foi devida ao alto preço dos produtos brasileiros e ao frete elevado, sem contar os defeitos das mercadorias brasileiras, em geral causados pela longa viagem.

A velocidade da queda do comércio entre o Brasil e o Japão deteve-se em 1958 e a exportação brasileira para o Japão recomeçou a aumentar em 1959.

Desta maneira, no período de 1949 a 1959, o comércio entre o Brasil e o Japão apresenta um novo ciclo marcado por quatro fases: prosperidade, recuo, recessão e recuperação, ou simplesmente por três fases: aumento, queda e recuperação. É interessante reconhecer que esta onda corresponde ao Ciclo de Juglar, de 9 a 10 anos, apesar da existência de muitas condições peculiares, históricas e geográficas, ao Brasil e ao Japão.

Na segunda metade da década de 50, embora o comércio diminuísse muito, as maiores empresas do Japão, em várias áreas, abriram sucursais ou estabeleceram empresas e fábricas no Brasil como, por exemplo: a Toyobo do Brasil, Yanmar do Brasil Toyota do Brasil, Ishikawajima do Brasil Estaleiros, etc. de todos os investimentos, a USIMINAS foi o maior projeto em que o Japão imprimiu a sua cooperação técnica e financeira em países estrangeiros, depois da Segunda Guerra Mundial.

Estes investimentos japoneses no Brasil foram facilitados pela política comercial brasileira, a qual era favorável à entrada de capitais estrangeiros no Brasil nos governos do Presidente Café Filho e do Presidente Juscelino Kubitschek.

Todas essas empresas solidificaram sua base no Brasil nesse período. Neste sentido, esta fase era de recuperação e cheia de esperança. Na verdade, nas décadas seguintes de 60 e 70, cerca de 300 empresas japonesas estenderam seus negócios

ao Brasil, estabelecendo empresas e fábricas neste país, podendo-se dizer que o período de 1949 a 1959 marcou a véspera do "boom" brasileiro no Japão. Todas as empresas japonesas se interessavam pelo Brasil, para os seus investimentos.

As trocas entre o Brasil e o Japão durante esse período não ofereciam muitas alternativas, uma vez que o Brasil não estava em condição de exportar muitas das matérias-primas de que necessitava o Japão e os equipamentos produzidos pela

indústria japonesa não eram suficientemente conhecidos no Brasil. Mesmo assim, esse período foi muito significativo para a história das relações entre o Brasil e o Japão, não apenas no sentido de consolidar as bases das sólidas e amistosas relações que têm sido mantidas até hoje entre os dois países, mas também por constituir um passo significativo para a grande expansão do comércio entre estas nações que se seguiu nas décadas de 60 e 70. Esse período foi também a fase de transição da situação especial do pós Guerra para uma outra situação econômica mais liberal.

Acredita-se que foram muito interessantes e significativas a pesquisa e a análise da reabertura do comércio entre o Brasil e o Japão após a Segunda Guerra Mundial na conjuntura de 1949 a 1959, e que este trabalho contribuiu para o conhecimento das condições dessa reabertura.

ANEXO I

TRATADO DE AMIZADE, DE COMMERCIO E DE NAVEGAÇÃO, FIRMADO EM
PARIS A 5 DE NOVEMBRO DE 1895

S. Ex. o Sr. Presidente dos Estados Unidos do Brasil e S.M. o Imperador do Japão, igualmente animados do desejo de estabelecer sobre bases sólidas e duradouras relações de amizade e de commercio entre os dous Estados e seus cidadãos e subditos respectivos, resolveram celebrar um tratado de amizade, de commercio e de navegação, e para esse fim nomearam seus Plenipotenciários respectivos, a saber:

S. Ex. o Sr. Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida, seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Paris.

E S.M. o Imperador do Japão, o Sr. Soné Arasuke Ju shú, seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário também em Paris, os quaes, depois de communicarem os seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Art. 1º - Haverá paz perpétua e amizade constante entre os Estados Unidos do Brazil e o Império do Japão, assim como entre seus cidadãos e subditos respectivos.

Art. 2º - S. Ex. o Sr. Presidente dos Estados Unidos do Brazil poderá, si assim lhe aprouver, acreditar um Agente diplomático junto ao Governo do Japão, e S.M. o Imperador do Japão poderá igualmente, si o julgar conveniente, fazer residir um Agente diplomático no Brazil; e cada uma das duas Altas Partes contractantes terá o direito de nomear Consules Geraes, Consules, Vice-Consules e Agentes Consulares, que poderão fixar suas residências em todos os portos e cidades dos Territórios da outra Parte contractante, onde a func-

cionarios identicos da Nação mais favorecida for permittido residir. Todavia, para que possa exercer suas funções, necessitará o Consul Geral, Consul, Vice-Consul ou Agente Consular, segundo as fórmas usuaes, que seja a sua noemação approvada pelo Governo do paiz para onde fôr enviado, mediante um Exequatur gratuito.

Os Agentes Diplomaticos e Consulares de cada uma das duas Altas Partes Contractantes gosarão, conforme as estipulações do presente Tratado, nos Territorios da outra Parte, dos direitos, privilegios e immunidades que são ou foram concedi dos aos mesmos Agentes da Nação mais favorecida. (1)

Art. 3º - Existirá entre os Territorios e Possessões das duas Altas Partes Contractantes liberdade reciproca de commercio e de navegação. Os cidadãos e subditos respectivos terão o direito de transitar livremente e com inteira segunraça com seus navios e mercadorias em todos os portos, rios e logares onde igual favor for permittido aos cidadãos ou subditos da Nação mais favorecida, e ahi poderão alugar ou occupar casas e armazens e entregar-se ao commercio por atacado ou a varejo de todos os produtos e mercadorias de commercio licito. Quanto ao que diz respeito à aquisição, gozo e cessão de propriedades de toda a especie, os cidadãos ou subditos de uma das duas Altas Partes Contractantes serão collocados nos Territorios e Possessões da outra Parte no mesmo pé de igualdade que os cidadãos e subditos da Nação mais favorecida.

Art. 4º - As duas Altas Partes Contractantes convêm que todo o privilegio, favor ou immunidade em materia de com-

(1) Por Decreto n. 2495 de 14 de abril de 1897 foi creada uma Legação no Imperio do Japão e um consulado geral de 1ª classe com séde em Yokoama, e por Decreto n. 2786 de 5 de janeiro de 1898 foi designada a séde dos Consulados em Yokoama e Kobé.

mercio, de navegação, de transito e de residencia que uma das duas Altas Partes Contractantes conceder actualmente ou vier a conceder aos cidadãos ou subditos de um outro Estado, se estenderão aos cidadãos ou subditos da outra Parte Contractante, gratuitamente, si a concessão feita em favor deste alludido Estado fôr gratuita, e com as mesmas condições ou sob condições equivalentes, si a concessão for condicional, sendo sua intenção reciproca de collocar, sob todos os pontos de vista, o commercio e a navegação de cada Paiz no pé da Nação mais favorecida.

Art. 5º - Não serão lançados é importação no Japão de todos os artigos produzidos ou fabricados nos Estados Unidos do Brazil e reciprocamente não serão lançados é importação nos Estados Unidos do Brazil de todos os artigos produzidos ou fabricados no Japão, direitos differentes ou mais elevados do que aquellas que são ou foram impostos aos mesmos artigos produzidos ou fabricados em todo e qualquer paiz estrangeiro e importados para o mesmo fim.

Não serão tão pouco impostos nos Territorios ou Possessões de uma das duas Altas Partes Contractantes a exportação de todos os artigos para os Territórios ou Possessões da outra, direitos e contribuições differentes ou mais elevados do que aquelles que são ou foram pagos por artigos similares, com destino a outro qualquer paiz estrangeiro.

Nenhuma prohibição será imposta á importação de artigos produzidos ou fabricados sobre os Territorios ou Possessões de uma das duas Altas Partes Contractantes, nos Territorios ou Possessões da outra, a menos que esta prohibição não seja igualmente applicada à importação dos artigos similares produzidos ou fabricados em outro qualquer paiz. Outrossim, nenhuma prohibição será imposta á exportação de artigos dos Territorios ou Possessões de uma das duas Altas Partes Con-

tractantes com destino aos Territorios ou Possessões da outra, sem que essa prohibição se estenda igualmente às exportações de artigos similares com destino a outro qualquer paiz.

Art. 6º - Quanto ao que diz respeito ao direito de transito, armazenagem, premios, facilidades e drawbacks, os cidadãos ou subditos de cada uma das duas Altas Partes Contractantes serão nos Territorios e Possessões da outra, sob todos os pontos de vista, collocados no pé da Nação mais favorecida.

Art. 7º - Não serão impostos nos portos no Japão sobre os navios dos Estados Unidos do Brazil, e nos portos dos Estados Unidos do Brazil sobre os navios do Japão, direitos ou tributos de tonelagem, pharóes, portos, pilotagem, quarentena, salvamentos ou outros direitos ou contribuições similares ou analogas, de qualquer denominação que sejam, lançados ou não em proveito do Governo, dos funcçionarios publicos , dos particulares, das corporações ou de qualquer estabelecimento, differentes ou mais elevados do que aquelles que são actualmente ou foram para o futuro applicados em iguaes circumstancias nos mesmos portos sobre os navios da Nação mais favorecida.

Art. 8º - A cabotagem das duas Altas Partes Contracantes fica execptuada das disposições do presente tratado e será respectivamente regularisada pelas leis, decretos e regulamentos dos dous paizes.

Art. 9º - No presente Tratado todos os navios que, pelas leis brasileiras, puderem ser consdierados como navios brasileiros e todos aquelles que, segundo as leis japonezas , puderam ser considerados como navios japoneses, serão respectivamente considerados como navios japonezes e brasileiros.

Art. 10 - Os subditos e os navios do Imperio do Ja

pão que foram ao Brazil ou ás suas aguas territoriais se submeterão, durante todo o tempo de sua estada, ás leis e á jurisdição do Brazil, bem como se sujeitarão ás leis e á jurisdição do Japão todos os cidadãos ou navios brasileiros que forem ao Japão ou ás suas aguas territoriaes.

Art. 11 - Os cidadãos e subditos de cada uma das duas Altas Partes Contractantes gozarão respectivamente nos Territorios e Possessões da outra Parte de inteira proteção para as suas pessoas e propriedades; terão livre e fácil acesso junto aos tribunaes para a defeza de seus direitos; e, da mesma fôrma que os cidadãos ou subditos do paiz, terão o direito de empregar advogados, solicitadores, ou mandatarios para se fazerem representar junto aos ditos tribunaes.

Gozarão igualmente de uma inteira liberdade de consciencia, e, conformando-se com as leis e regulamentos em vigor, terão o direito de exercer publica ou privadamente o seu culto; terão igualmente o direito de enterrar seus nacionaes respectivos, segundo os seus ritos, nos lugares convenientes e apropriados que, para esse fim, forem estabelecidos e mantidos.

Art. 12 - Quanto ao que diz respeito á obrigação de hospedar militares, ao serviço obrigatorio nos exercitos de terra e mar, ás requisições militares ou aos empréstimos forçados, os cidadãos ou subditos de cada uma das duas Altas Partes Contractantes gozarão nos Territorios e Possessões da outra dos mesmos privilegios, immunidades e isenções que os cidadãos ou subditos da Nação mais favorecida.

Art. 13 - O presente Tratado entrará em vigor imediatamente depois da troca das ratificações e se tornará obrigatorio por um período de 12 annos a partir do dia em que for posto em execução.

Cada uma das Altas Partes Contractantes, decorridos onze annos depois de entrar em vigor o presente Tratato, terá o direito em um momento dado, de o denunciar á outra, expirando elle no fim do decimo segundo mez a contar desta notificação.

Art. 14 - O presente Tratado será feito em duplicata nas linguas portugueza, japoneza e franceza, e no caso de divergencia nos textos japonéz e portuguez, se recorrerá ao texto francez, o qual será obrigatorio para os dous Governos.

Art. 15 - O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contractantes e a troca das ratificações terá logar em Pariz, logo que fôr possível.

Em testemunho do que os Plenipotenciarios respectivos o assignaram e lhe fizeram pôr o sello de suas armas.

Feito em seus exemplares em Pariz, aos cinco dias do mez de novembro do anno de 1895, correspondente ao 28º de Meiji.

(L. S.) Gabriel de Toledo Piza e Almeida.

(L. S.) Soné Arasuké.

Conforme. -- O director geral,

J.T. do Amaral.

ANEXO II

Texto da nota verbal, datada de 12 de abril de 1950, remetida pelo Embaixador Gustão P. do Rio Branco ao Ministro Raul Fernandes:

"Sinto-me no dever de voltar ao assunto, porque, como assinalei nos referidos ofícios, temos a possibilidade de perder para o Brasil este importante mercado, se providências prontas e eficazes não forem tomadas. Países produtores de produtos similares estão exercendo grande atividade neste país, especialmente a Índia e a Indonésia, que procuram introduzir em elevadas quantidades, o algodão e o café, especial - mente.

Existe da parte do Governo japonês e de muitas entre as mais importantes firmas exportadoras e importadoras deste país, marcado interesse e notória boa vontade para facilitar o intercâmbio entre as duas Nações. Continuam a ser freqüentes as visitas feitas a esta Chancelaria, quase diariamente, pode dizer-se de importadores e exportadores que desejam saber em que ponto se acham as negociações para o reinício das operações comerciais nas bases estipuladas por aquele acordo ou em outro de melhor conveniência para o Brasil e o Japão. Geralmente, passam, antes pelo Depto. Econômico e Científico do SCAP, onde são informados de que a esse Depto. não cabe a culpa do estado de estagnação em que se encontra o comércio entre os dois países, algumas vezes, atribuindo essa paralisa - ção a dificuldades surgidas no Brasil. Ora, esta Missão não dispõe de normas informativas sobre o assunto e se vê, portanto, na impossibilidade de prestar qualquer esclarecimento útil sobre a importante questão.

É tão grande o interesse de certas firmas importan - tes em restabelecer o comércio entre o Brasil e o Japão que , apesar da incerteza provocada pelo estado atual, já são nume -

rosos os representantes comerciais que têm solicitado vistos a esta Chancelaria, muitos dos quais já foram atendidos favoravelmente e outros aguardam solução. Diversos já estão no Brasil, ou a caminho.

Há um fator psicológico que cumpre assinalar a circunstância de viverem no Brasil cerca de trezentos mil cidadãos japoneses e o considerável volume de comércio que existia entre o Brasil e o Japão, antes da guerra tornara o nosso país conhecida e simpatizado aqui. De todos os Estados Sul Americanos é o Brasil que é geralmente mais conhecido. A simples condição de cidadão brasileiro é uma boa credencial entre o povo japonês. Esses sentimentos são compartilhados pelos membros do Governo, com os quais esta Missão ainda não pode ter relações oficiais diretas, mas que nos seus contatos de ordem particular, mostram sua cordialidade, seu apreço, e seu interesse pelo Brasil e pelas coisas brasileiras. Serve, pois, este simples parêntese como indício de que o terreno é fértil e acolhedor para o reinício do esperado intercâmbio comercial.

Pouco a pouco o SCAP, aliás, com inteligência, vai restituindo ao Governo japonês a necessária autonomia em matéria comercial. A partir de dezembro último foi liberado o comércio de exportação e, a 1º de janeiro próximo passado foi também liberado, em parte, o comércio importador, passando a responsabilidade de ambos ao domínio do Governo japonês, sob o controle do SCAP, conforme informei pelo ofício nº 26, de 24 de janeiro do corrente ano. Pouco depois, foi permitido que os representantes comerciais japoneses se dirigissem ao estrangeiro, em viagens de negócios comerciais.

Recentemente, no mês passado, removeu o SCAP uma outra barreira para a expansão comercial japonesa, permitindo a volta, a seus proprietários, dos navios da frota mercante do Japão, que haviam sido confiscados. Trata-se de cargueiros de

alto mar. Ao mesmo tempo, as companhias de seguros, japonesas e estrangeiras, foram autorizadas a operar com as companhias japonesas de navegação, para os seguros de seus navios. Essa medida permite às firmas exportadoras exportar à base CIF. Antes, tais exportações só podiam ser feitas na base FOB.

Logo a seguir, tratou o SACP de conseguir a necessária licença de diversos países, para que os navios de comércio japonês frequentassem seus portos. Essa facilidade já foi concedida pela Índia, Argentina, Filipinas, esperando-se que brevemente outros Governos estrangeiros concedam tal privilégio à navegação comercial japonesa. Foi, ainda, concedida autorização às companhias similares estrangeiras, para atuarem com suas agências nos portos onde deverão operar as futuras linhas de navegação.

Em face desses fatos, é natural que o problema do transporte marítimo seja em breve resolvido pelo menos parcialmente, e tão cedo possam ganhar o alto mar os vapores de carga japonesa.

Acresce que a política dos acordos comerciais prossegue. O último firmado com a Suécia em virtude desses acordos, cresce o volume das exportações e das importações, de conformidade com o que acusam as últimas estatísticas.

A Argentina também foi visitada pela Missão chefiada pelo Sr. Pickelle, assinando um acordo que está em plena execução. O Quartel-general do SACP anunciou a 4 do corrente mês que aquele país sul-americano havia concedido, dentro das bases do acordo, licença de importação para mercadorias no valor de US\$8.000.000,00, sem incluir os US\$3.000.000,00 previamente já concedidos para importação de aço japonês em barra. A Argentina importará agora dentro da referida soma, três mi-

lhões de dólares de barras de ferro, um milhão e novecentos dólares em tubos de ferro, um milhão de dólares de arame, quinhentos mil dólares de produtos químicos, duzentos e vinte mil dólares de fio de algodão, cento e quarenta mil dólares de ferro e aço e um milhão e oitocentos mil dólares de outros produtos. Acaba de importar aquela República, igualmente, o aparelhamento completo destinado a uma parte de uma fábrica de álcool.

A Argentina exportará para o Japão trigo, peles, couro, algodão e alguns outros produtos. O primeiro carregamento de trigo, de 9.000 toneladas partiu ontem da Baía Branca, sabendo-se, ainda, que o Governo argentino se propõe a estabelecer uma linha de navegação para os portos do Extremo Oriente, via África do Sul, com porto terminal em Yokohama.

Já está a caminho deste país, o primeiro navio misto, que realiza uma viagem de experiência. Uma das cláusulas que a República Argentina procura impor, no acordo, caso essa linha possa ser, efetivamente, estabelecida é que pelo menos 50% das mercadorias argentinas e japonesas sejam transportadas pelos seus navios.

Como se sabe, até a presente data, somente os vapores da Companhia holandesa "Royal Inter-ocean Lines" fazem a linha Japão e América do Sul. É fácil verificar que, em virtude de todas as circunstâncias acima expostas, nota-se aqui, presentemente, acentuado e crescente interesse de ordem comercial pela Argentina, que não possui neste país representação de nenhuma classe, diplomática, consular, ou comercial. As transações comerciais levadas à efeito, estão a cargo da sucursal da firma Berge & Born, na cidade de Osaka.

As informações aqui inseridas são ditadas pelo receio que tenho de que pelas competições de outros mercados estrangeiros, produtores, e pela demora em concretizar as opera

ções comerciais com este país, venha o Brasil a perder o mercado japonês onde o café, o algodão, os óleos vegetais, as peles, couros e outros produtos estrangeiros poderão ter a mais ampla aceitação. Do mesmo modo, diversos artigos manufaturados, maquinários de coser, aparelhos elétricos alguns gêneros de seda, máquinas fotográficas, produtos químicos e alguns outros artigos japoneses poderão ser importados pelo Brasil em condições vantajosas quanto a preço e qualidade."

ANEXO III

AJUSTE ADMINISTRATIVO DE COMÉRCIO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O
GOVERNO DO JAPÃO

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, legalmente autorizado a regular as importações e exportações através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A., e o Governo do Japão, animados ambos do desejo de manter e desenvolver cada vez mais o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão, estão de acôrdo com as disposições seguintes:

ARTIGO I

O Governo brasileiro admitirá a importação no Brasil e o Governo japonês autorizará a exportação para o Brasil das mercadorias originárias do Japão constantes da lista B anexa, até o limite dos valores na mesma fixados.

ARTIGO II

O Governo japonês admitirá a importação no Japão e o Governo brasileiro autorizará a exportação para o Japão das mercadorias constantes da lista A anexa, até o limite dos valores na mesma fixados.

ARTIGO III

As listas A e B acima referidas não são restritivas nem limitativas e vigorarão pelo período de um ano a contar do início da sua aplicação.

ARTIGO IV

As licenças de exportação ou de importação concedidas por força do referido Ajuste antes da data da expiração prevista no Artigo XII do presente, continuarão em vigor e serão executadas segundo as disposições ali especificadas.

ARTIGO V

A concessão das licenças de importação e exportação referentes às mercadorias constantes das listas A e B será fe

ta, tendo sempre em vista o princípio de equilíbrio entre os dois países e mantendo tanto quanto possível uma distribuição entre os produtos constantes das mencionadas listas. Salvo acordo formal em contrário, os produtos originários de um dos países quando importados no outro, sob o regime do presente Ajuste e dentro dos valores constantes das listas anexas, serão destinados exclusivamente ao seu consumo interno ou à transformação das manufaturas do país importador.

ARTIGO VI

Os pagamentos relativos a obrigações decorrentes do intercâmbio de mercadorias regulado por este Ajuste serão efetuados de conformidade com os termos e provisões do Ajuste Administrativo de Pagamentos celebrado entre o Governo do Japão e o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, concluído simultâneamente com o presente Ajuste e com a mesma vigência.

ARTIGO VII

Para acompanhar e facilitar a execução do presente Ajuste será constituída no Rio de Janeiro uma Comissão Mista composta de representantes dos Governos brasileiro e japonês, a qual se reunirá por convocação de uma das partes.

ARTIGO VIII

A expiração do presente Ajuste não prejudicará os contratos a longo prazo para exportação, do território do Japão para os Estados Unidos do Brasil, de produtos industriais, cujo período de manufatura ou de pagamentos se prolongue além da duração do Ajuste. Em tal caso o pagamento será prorrogado além da data da expiração efetiva do Ajuste desde que tenham sido concedidas, no todo ou em parte, as licenças de importação relativas a êsses contratos durante a vigência do presente Ajuste.

O Governo japonês concederá licenças de exportação para as mercadorias consignadas nêsses contratos de longo prazo, mesmo após a expiração do presente Ajuste.

Na hipótese de que a liquidação de obrigações decorrentes de tais contratos seja efetuada mediante exportação adicional de mercadorias, conforme entendimentos que venham a ser concluídos entre ambas as partes, o Governo brasileiro concederá licença de exportação sôbre mercadorias brasileiras até o montante necessário, em valor e quantidade, para efetuar tal liquidação.

ARTIGO IX

Com o fim de facilitar o comércio entre o Japão, o Brasil e outros países, as partes contratantes concordam em consultar uma à outra, segundo as circunstâncias o exigirem, quanto à possibilidade de desenvolverem o intercâmbio comercial numa base multilateral.

ARTIGO X

O presente Ajuste poderá ser revisto a qualquer tempo por consentimento de ambas as partes.

ARTIGO XI

A revisão ou terminação dêste Ajuste não afetará quaisquer direitos ou obrigações decorrentes de atos praticados por fôrça e durante a vigência do presente Ajuste, antes da data da efetivação de tal revisão ou terminação.

ARTIGO XII

O presente Ajuste entrará em vigor a partir de 1º de julho de 1952 e terá a duração de um ano. Será automaticamente prorrogado por mais um ano, a não ser que uma das partes comunique prèviamente à outra, por escrito, até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a terminação anual do Ajuste a sua intenção de não renová-lo.

Noventa (90) dias antes do seu vencimento os dois Governos iniciarão negociações para renovação das listas de mercadorias que deverão regular o intercâmbio no período anual subsequente.

Caso não tenham sido concluídas as referidas negociações duante o período de noventa (90) dias mencionado no parágrafo anterior as listas de mercadorias anexas ao presente Ajuste serão prorrogadas por um período adicional de três meses a fim de permitir a conclusão de tais negociações.

Neste caso o licenciamento para importação e exportação das mercadorias constantes das listas A e B anexas será feito para cada período adicional na base de um quarto das cotas estabelecidas nas referidas listas para o período de 1º de julho de 1952 a 30 de junho de 1953.

Todavia, caso as aludidas negociações não tenham sido concluídas durante o período adicional de três meses, caberá à Comissão Mista referida no Artigo 7 do presente, tomar as necessárias providências inclusive a prorrogação das listas de mercadorias, a fim de permitir a conclusão das ditas negociações o mais cedo possível.

ARTIGO XIII

Celebrado no Rio de Janeiro aos 12 dias do mês de setembro de 1952, em duas línguas, português e inglês, prevalecendo sempre, no caso de divergência de interpretação, o texto em língua inglesa.

LISTA A

(Produtos brasileiros a serem vendidos ao Japão)

- Em dólares americanos -

Mercadorias	US\$ Dólares
Algodão em rama	20,000,000
Arroz	6,500,000
Soja	1,000,000

Café em grão	1,300,000
Pele e couros em bruto	1,000,000
Couros curtidos	400,000
Óleo de mamona	300,000
Óleo de oiticica	300,000
Cacáu em amêndoas	300,000
Cêra de carnaúba	200,000
Sisal	200,000
Pinho	200,000
Frutas, inclusive pimenta preta	100,000
Minério de ferro	150,000
Baga de mamona	300,000
Linters de algodão	200,000
Cristal de rocha	100,000
Lã em bruto	500,000
Ossos, cascos	50,000
Outros	2.500,000
<hr/>	
T O T A L	US\$35,600,000

LISTA B

Mercadorias	US\$ Dólares
Fios de lã (1)	600,000
Fios de linho inclusive rami (1)	50,000
Chapas de ferro	1,000,000
Aços especiais	100,000
Arame farpado	100,000
Chapas pretas	200,000
Fôlhas de flandres	500,000
Tubos (1)	100,000
Alumínio em lingotes e placas para laminar (1) . .	400,000
Alumínio em laminados (chapas, fôlhas e etc.) (1).	400,000
Cobre em lingotes, "wire-bars", "cakes", catodos (coados ou fundidos em blocos, cubos, lingotes, linguados e pães inclusive electrolítico) (1) .	300,000
Cobre e bronze laminados (1)	300,000
Fios, cabos e barras de cobre (1)	100,000
Navios	10,000,000
Material ferroviário (1)	7,000,000
Centrais elétricas	1,500,000
Outras máquinas elétricas (motores, etc.) (1) . .	200,000
Motores a gasolina e óleo Diesel	800,000
Chassis para ônibus e caminhão (inclusive partes).	1,500,000
Outras máquinas industriais, inclusive peças (1) .	690,000
Bicicletas, inclusive peças (1)	200,000
Máquinas para construção e engenharia, etc. (1) .	100,000

Máquinas têxteis (1)	2,000,000
Máquinas de costura, inclusive industriais (1) . .	1,000,000
Equipamento para comunicação (inclusive aparelhos de rádio e peças) (1)	200,000
Artigos de ótica (1)	150,000
Máquinas ferramentas (1)	300,000
Máquinas e equipamentos agrícolas (2)	500,000
Rolamentos	100,000
Equipamento cirúrgico e odontológico (1)	100,000
Anilinas e corantes	100,000
Inseticida (inclusive DDT e BHC)	450,000
Filme virgem e papel para fotografia	100,000
Sementes	50,000
Cânfora	90,000
Glutamate de monosódio	40,000
Ervas marinhas alimentícias	150,000
Bacalhau sêco	100,000
Agar-agar	80,000
Comestíveis típicos japoneses para Natal	70,000
Agulhas de coser	30,000
Lentes óticas (1)	100,000
Filmes impressionados	50,000
Artigos de celuloide, inclusive fôlhas (1) . . .	50,000
Produtos de papel (1)	50,000
Azulejos (1)	100,000
Cerâmica sanitária (1)	100,000
Isoladores de porcelana para alta tensão (1) . .	100,000
Louça decorada para serviço de mesa (tipo não fa- bricado no Brasil (1)	200,000
Outros	<u>1,000,000</u>
T O T A L	US\$33,500,000

(1) Tipos licenciáveis pela CEXIM.

(2) Tipos sujeitos à aprovação do Ministério da Agricultura do Brasil.

ANEXO IV

AJUSTE ADMINISTRATIVO DE PAGAMENTOS ENTRE O GOVÊRNO
DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O
O GOVÊRNO DO JAPÃO

1 DE JULHO DE 1952 - 30 DE JUNHO DE 1953

O Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil, daqui por diante designado simplesmente Brasil e o Govêrno do Japão, daqui por diante designado simplesmente Japão, acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Todos os pagamentos relativos a transações ajustadas entre o Japão e o Brasil serão efetuados em dólares dos Estados Unidos da América do Norte, nas condições estabelecidas no presente Ajuste e em conformidade com os regulamentos de câmbio em vigor ou que vierem a vigorar nos respectivos países.

ARTIGO 2

Os pagamentos a que se refere o Artigo 1 serão efetuados diretamente pelo Banco do Japão, como Agente do Govêrno japonês e daqui por diante designado simplesmente Banco do Japão, e pelo Banco do Brasil S/A, daqui por diante designado simplesmente Banco do Brasil, através da conta mencionada no Artigo 3 do presente Ajuste.

Os bancos no Japão competentemente autorizados a operar em câmbio com o Brasil, como intermediário, transferirão para o Banco do Japão suas transações, para os fins do presente Ajuste.

Os bancos do Brasil, competentemente autorizados a operar em câmbio com o Japão, como intermediários, transferirão para o Banco do Brasil suas transações, para os fins do presente Ajuste.

ARTIGO 3

O Banco do Japão abrirá uma conta em dólares dos Estados Unidos da América do Norte em nome do Banco do Brasil, sob a denominação de "BANCO DO BRASIL - CONTA AJUSTE BRASIL-JAPÃO", daqui por diante designada simplesmente a Conta.

ARTIGO 4

Todos os pagamentos referidos no Artigo 1 serão lançados à Conta aludida no Artigo 3, em dólares dos Estados Unidos da América do Norte, nela debitando-se os pagamentos do Brasil ao Japão e creditando-se os do Japão ao Brasil.

ARTIGO 5

Sobre o saldo da Conta o Banco devedor pagará ao Banco credor juros de 2,75% ao ano, contados nos semestres do ano civil e contabilizados na referida Conta.

ARTIGO 6

Ao ocorrer, durante a vigência do Ajuste qualquer excesso sobre o "working balance" a ser estabelecido, a qualquer tempo durante a vigência do presente Ajuste, a Parte devedora se compromete a pagar imediatamente referido excesso, nas condições previstas no Artigo 12, se na ocasião o solicitar a Parte credora.

ARTIGO 7

O Banco do Japão, periodicamente, notificará por telegrama ao Banco do Brasil o saldo da Conta, e, pela via postal mais rápida, lhe remeterá extratos da mesma Conta.

ARTIGO 8

Expirado o presente Ajuste, nos termos do Artigo 20, a Parte devedora, após notificada pela Parte credora, deverá pagar-lhe imediatamente, nas condições previstas no Artigo 12, o excedente que então existir sobre o "working balance" a ser fixado.

ARTIGO 9

Quando da expiração final dêste Ajuste, nos termos do Artigo 20, a Conta permanecerá aberta pelo prazo suplementar de 210 dias, a fim de nela serem contabilizados os pagamentos correntes resultantes de operações autorizadas e ainda não liquidadas.

ARTIGO 10

Ambas as Partes Contratantes, mediante compras e vendas suplementares de mercadorias e/ou pela prestação de serviços, envidarão esforços no sentido de, no curso do período de 210 dias estipulado no Artigo 9, liquidar o saldo da Conta e os compromissos financeiros em potencial decorrentes do presente Ajuste.

Os pagamentos relativos às transações aludidas no Artigo 8 do Ajuste Administrativo de Comércio assinado também nesta data, ainda pendentes no fim do período de 210 dias, supramencionado, serão lançados na Conta, quando devido, não obstante o disposto no Artigo 9.

Em conformidade com entendimentos entre ambas as Partes, a liquidação dos saldos decorrentes dos referidos pagamentos poderá ser efetuada por meio de exportação de mercadorias, com a inclusão na Conta dos respectivos valores.

O saldo líquido da Conta, no fim de cada período semestral seguinte à data do término do período de 210 dias acima estipulado, será liquidado de acordo com as disposições do Artigo 12.

ARTIGO 11

Ao fim do período de 210 dias, supramencionado, o saldo apurado na Conta, após ultimada a competente reconciliação dos lançamentos, será pago, nas condições do Artigo 12, imediatamente depois de solicitação da Parte credora.

ARTIGO 12

Em qualquer caso de liquidação da Conta, os pagamentos serão efetuados em dólares dos Estados Unidos da América do Norte, em Nova York, ou, de comum acôrdo entre as Partes Contratantes, em ouro, ao preço oficial nos Estados Unidos da América do Norte e mediante entregas em Nova York, ou em outra moeda.

ARTIGO 13

A Parte devedora poderá, em qualquer momento, na forma do Artigo 12 e sem prejuízo das demais condições de pagamento estipuladas neste Ajuste, liquidar total ou parcialmente o saldo da Conta, se de acôrdo a Parte credora.

ARTIGO 14

As mercadorias originárias de terceiros países adquiridas no Brasil ou no Japão não poderão ser pagas através da Conta, salvo se nisso convierem, em cada caso, às Partes Contratantes.

ARTIGO 15

As mercadorias que um dos países adquirir no outro e que se destinarem à reexportação para terceiros países ou que venham a ser reexportadas dentro do prazo de um ano de sua aquisição deverão ser pagas em dólares dos Estados Unidos da América do Norte ou outra qualquer moeda que, em cada caso, o país vendedor concordar em aceitar.

ARTIGO 16

Se uma das Partes Contratantes vier a fazer parte ou a retirar-se de alguma convenção monetária, qualquer delas poderá pedir da outra o reexame das cláusulas dêste Ajuste, a fim de introduzir, de comum acôrdo, as modificações que forem necessárias.

ARTIGO 17

O Saldo da Conta, em nome do Banco do Japão, conservada aberta no Banco do Brasil em decorrência das cartas de 2 de abril de 1952, trocadas entre os Governos do Brasil e do Japão, será transferido para a Conta referida no Artigo 3.

ARTIGO 18

Os direitos e obrigações advidos do cumprimento do Ajuste não serão invalidados por qualquer modificação dêste Ajuste ou pela sua expiração.

ARTIGO 19

O Banco do Brasil e o Banco do Japão ajustarão entre si as condições técnicas para o cumprimento dêste Convê-nio.

ARTIGO 20

O presente Ajuste entrará em vigência a partir de 1º de julho de 1952 e terá a duração mínima de um ano, com prorrogação automática de ano para ano se não fôr dado aviso de denúncia por qualquer das Partes Contratantes até 90 (noven - ta) dias de cada vencimento anual.

ARTIGO 21

O presente Ajuste é celebrado no Rio de Janeiro aos 12 dias do mês de setembro de 1952, em duas línguas, português e inglês, prevalecendo sempre, em caso de dúvida de interpretação, o texto em inglês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I Obras

01. ABRANCHES, C. Dunshel de. Expansão econômica e comércio exterior do Brasil. Rio de Janeiro, s.ed., 1915.
02. ASAHI, Isochi. The secret of Japan's trade expansion. Tokyo, International Association of Japan, 1934.
03. BRAZIL keizai no kozo [Estrutura da economia brasileira]. Tokyo, Asian Economic Institute, 1972.
04. CARDOSO, CiroFlamarion & BRIGNOLI, Hector Pérez. Os métodos de história. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 528 p.
05. CASTRO, Antônio Barros. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitário, 1980.
06. CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. Colloque Internationale (543:1971:Paris). L'histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930. Paris, CNRS, 1973. 488 p.
07. DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo, Difel, 19___. 269 p.
08. DOELLINGER, Carlos. Política e estrutura das importações brasileiras. Rio de Janeiro, IPEA, 1977. 171 p.
09. _____. Exportações dinâmicas brasileiras. Rio de Janeiro, IPEA, 1971. 194 p.
10. ETO, Jun. Uma nação renascida: breve história do Japão de Pós-guerra. São Paulo, Consulado Geral do Japão. 1976.
11. FEAREY, Robert A. The occupation of Japan, second phase: 1948-50. New York, MacMillan, 1950.
12. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1975. 248 p.
13. FURTADO, Celso. Formação econômica da América Latina. São Paulo, Paz e Terra, 1969.
14. GUILAIN, Roberto. Japão, terceira potência. Porto, Civilização, 1969.

15. HAGUIWARA, Toru. Nihon gaikou-shi (Keizai) [História da diplomacia japonesa (economia)]. Tokyo, Kashima, 1965. v. 30.
16. HIGASHIDA, Naohiko. Brazil keizai to Nihon [A economia brasileira e o Japão]. Tokyo, Nikkei Journal, 1973. 206 p.
17. HOSONO, Akio. Laten amerika no keizai [A economia latino-americana]. Tokyo, Univ. Tokyo Press, 1983. 308 p.
18. KINOLEBERGER, Charles P. Foreign trade and the national economy. New Haven, Yale Univ., 1962.
19. KUWAMURA, Yoshiaki. Brazil [O Brasil]. Tokyo, Jiji Press, 1975.
20. LATEN Amerika jiten [Dicionário latino-americano]. Tokyo, Latin-American Association, 1964
21. LOBATO, Wilson Sidney. Comércio externo de Brasil: dúvidas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. 171 p.
22. MIYAGI, Matsumari. As empresas japonesas e da colônia no Brasil. São Paulo, 1970. 666 p.
23. MIZUNO, Hajime. Brazil nikkei kigyuu no kenkyuu [A pesquisa sobre as empresas japonesas no Brasil]. Tokyo, s.ed., 1984. 55 p.
24. NAKAMURA, Takafusa. Senryouki: nihon no keizai to seiji [A ocupação: a economia e a política japonesa]. Tokyo, Tokyo Univ. Press, 1979. 430 p.
25. _____ The postwar japanese economy, its development and structure. Tokyo, Tokyo Univ. press, 1980. 277 p.
26. NIHON BUNKA KENKYUUJO. Politics and economics in contemporary Japan. Tokyo, The Japan Cultural Institute, 1979.
27. NISHIMUKAI, Yoshiaki. Yunyuu daitai kougyouka seisaku no ichishiten [Uma visão sobre a substituição de importação do Brasil]. (A pesquisa de economia e administração, nº 21, II, nº 22, I) Kobe, Kobe Univ., 1971.

28. PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1971. 355 p.
29. _____ A revolução brasileira. São Paulo; Brasiliense 1968. 369 p.
30. SAITO, Hiroshi. Atarashii Brazil [O novo Brasil]. Tokyo, Saimaru, 1974. 226 p.
31. SHINOHARA, Miyoei. Industrial growth, trade and dynamic patterns in the japanese economy. Tokyo, Tokyo Univ. Press, 1982. 243 p.
32. SILVA FILHO, Amilcar Pereira. Caracterização das possibilidades de aprimoramento do intercâmbio técnico e comercial Brasil-Japão. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. 171 p.
33. SKIDMORE, Thomas. Brasil; de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 512 p.
34. TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importação ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 263 p.
35. VIANA, Hélio. História diplomática do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958. 211 p.
36. VILLAR DE QUEIROZ, José Maria. Brasil, exportação e importação. Rio de Janeiro, APEC, 1974.
37. WATANUKI, Joji. Politics in postwar japanese society. Tokyo, Tokyo Univ. press, 1980.
38. WEISTEIN, Martin E. Japan's postwar defense policy, 1947-1968. New York, Colombia Univ. press, 1971.
39. WILLIAMS, Justin. Japan's political revolution under Mac Arther: a participant's account. Tokyo, Tokyo Univ. Press, 1979.
40. YAMADA, Matsuo. Brazil no Rekishi [A história do Brasil]. Tokyo, Yuuhikaku, 1935. 307 p.

41. YAMAMURA, Kozo. Of the japanese economy and japanese perspectives. Tokyo, Tokyo Univ. Press, 1982. 332 p.

II Periódicos

01. LATEN AMERIKA JIHOU [Informação latino-americana]. Tokyo, Latin American Association, 1957.
02. LEX, Coletânea de legislação. São Paulo, Lex, 1949-59.
03. REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
04. THE HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW. Durham, Duke Univ. Press.
05. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba, BADEP.
06. REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo, 1940-1970.